



## **ACADEMIA MILITAR**

### **As Campanhas Militares Portuguesas em Angola e Moçambique Durante a 1ª Grande Guerra: Uma Comparação Logística**

**Autor:** Aspirante a Oficial Aluno Infantaria Diogo Luís Cascais Martins, N°375

**Orientador:** Major Infantaria Fernando Manuel da Silva Rita

**Co-Orientador:** Tenente Administração Militar Hélio Corguinho Fernandes

**Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, julho de 2014**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **As Campanhas Militares Portuguesas em Angola e Moçambique Durante a 1ª Grande Guerra: Uma Comparação Logística**

**Autor:** Aspirante a Oficial Aluno Infantaria Diogo Luís Cascais Martins, N°375

**Orientador:** Major Infantaria Fernando Manuel da Silva Rita

**Co-Orientador:** Tenente Administração Militar Hélio Corguinho Fernandes

**Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, julho de 2014**

## Epígrafe

*"É melhor morrer em combate do  
que ver ultrajada a nossa nação."*

Winston Churchill

## Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os que me apoiaram durante a Academia Militar.  
E em especial “*À memória de todos os combatentes da Primeira Grande Guerra...*”  
(Rita, 2013, p.8)

## **Agradecimentos**

Expresso aqui os meus agradecimentos a todas as pessoas que me ajudaram na execução deste Trabalho de Investigação Aplicada, resultado de um percurso académico longo e de um grande esforço pessoal, o qual não conseguiria realizar sem a colaboração, direta ou indireta, das seguintes pessoas:

Em primeiro lugar, agradeço ao meu Orientador, Major de Infantaria Fernando Rita, por todo o empenho e dedicação que ofereceu para a realização de toda a investigação, com o seu profundo conhecimento de história, e domínio das campanhas militares portuguesas em Angola e Moçambique. Que mesmo estando em cooperação técnico-militar em Moçambique, nunca deixou de auxiliar. Sem este, teria sido impossível a realização desta investigação.

Agradeço ao meu Coorientador, Tenente de Administração Militar Hélio Fernandes, pelo enorme apoio prestado em toda a investigação, pelo seu profundo conhecimento no Serviço de Administração Militar, pelas variadas bibliografias que me facultou e pela permanente disponibilidade.

Seguidamente, expresso a minha profunda gratidão ao Tenente-Coronel de Infantaria Estevão da Silva, Diretor do Curso de Infantaria, pela forma dedicada e interessada que demonstrou ter durante a realização da investigação, procurando garantir sempre as melhores condições de trabalho.

Aos meus Pais, Irmãos, Cunhadas e restante Família as manifestações de afeto e incentivo.

Ao Curso de Infantaria 2013/2014 por todos os momentos que passámos juntos, bons e maus, todos eles ficaram marcados e guardados.

Aos meus Amigos e restantes Camaradas de outras Armas e Serviços que, sempre me acompanharam nesta longa caminhada.

A todos vós um muito OBRIGADO!

Diogo Luís Cascais Martins

## **Resumo / Palavras-Chave**

O presente trabalho de investigação tem por objetivo caracterizar o apoio logístico prestado às forças militares nas colónias portuguesas de África. Tem como estudo de caso a comparação das campanhas militares de Angola e de Moçambique e a adaptação do apoio logístico às necessidades das várias expedições em combate nos dois teatros de operações durante a 1ª Guerra Mundial.

Como objetivo geral deste trabalho pretende-se analisar como foi realizado o apoio logístico nos teatros de operações de Angola e de Moçambique e perceber se este apoio foi ou não o necessário às forças militares empregues nas operações militares durante a 1ª Grande Guerra. Durante o decorrer da investigação foram elaboradas várias questões derivadas com o intuito de responder à questão central “Como foi processado o apoio logístico às forças militares portuguesas em Angola e Moçambique durante a 1ª Grande Guerra?”.

Para a elaboração deste trabalho de investigação a metodologia utilizada enquadra-se na pesquisa e investigação histórica baseada na consulta e recolha de informação, e consequente tratamento de fontes primárias impressas complementada com outras fontes bibliográficas nacionais, através da pesquisa documental, diretamente relacionadas com o tema a explorar.

Desta análise conclui-se que, durante a 1ª Guerra Mundial, apesar dos esforços feitos para que o apoio logístico fosse capaz de assistir a todos os pedidos efetuados pelas forças empenhadas nas operações militares este não conseguiu chegar a todas as frentes, por vezes, pela falta de material, outras, por falta de pessoal, ou ainda devido à desorganização dos serviços administrativos sediados nas colónias. Houve, no entanto, um melhoramento do apoio logístico durante o decorrer das campanhas.

**Palavras-Chave:** Angola, Moçambique, 1ª Guerra Mundial, Apoio Logístico, Campanhas Militares

## **Abstract / Keywords**

This research work aims to characterize the logistical support to military forces in the Portuguese colonies in Africa. Its case study comparing the military campaigns in Angola and Mozambique and the adaptation of logistical support needs of the various expeditions in combat in two theaters of operations during 1<sup>st</sup> World War.

As a general objective this study aims to examine how we performed the logistic support in Angola and Mozambique operations theaters and realize whether or not this support was the necessary for the forces employed in the military operations during the 1st World War. During the course of the investigation several issues arised in order to respond to the central question "How was processed the logistical support to the Portuguese military forces in Angola and Mozambique during the 1st World War?"

For the development of this research the methodology fits in historical research and research-based consultation and information gathering, and the consequent processing of printed primary sources supplemented with other national bibliographic sources, through documentary research directly related to the topic exploring.

From this analysis it is concluded that, during the 1st World War, despite the efforts made for the logistical support to be able to watch all the orders placed by agencies engaged in military operations this did not managed to reach all fronts, sometimes by lack of material, others for lack of staff, or due to the disruption of administrative services based in the colonies. There was, however, an improvement in logistics during the course of campaign.

**Keywords:** Angola, Mozambique, 1<sup>st</sup> World War, Logistics Support, Military Campaigns

## Índice Geral

<b>Epígrafe .....</b>	<b>ii</b>
<b>Dedicatória .....</b>	<b>iii</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>iv</b>
<b>Resumo / Palavras-Chave .....</b>	<b>v</b>
<b>Abstract / Keywords.....</b>	<b>vi</b>
<b>Índice Geral.....</b>	<b>vii</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>x</b>
<b>Índice de Quadros / Tabelas .....</b>	<b>xi</b>
<b>Lista de Anexos .....</b>	<b>xii</b>
<b>Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos .....</b>	<b>xiii</b>
<b>Capítulo 1 Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1. Introdução .....	1
1.2. Enquadramento .....	2
1.3. Justificação do Tema .....	2
1.4. Delimitação do Estudo.....	3
1.5. Pergunta de partida e perguntas derivadas.....	4
1.6. Metodologia.....	4
1.7. Estrutura do trabalho e síntese dos capítulos .....	5
<b>Capítulo 2 Enquadramento Histórico .....</b>	<b>7</b>
2.1. Antecedentes e início da Guerra .....	7

2.2. Portugal na Guerra.....	8
<b>Capítulo 3 Teatro de Operações de Angola .....</b>	<b>12</b>
3.1. O Inimigo.....	12
3.2. As Forças Portuguesas .....	13
3.3. O Terreno e o Clima (Área de Operações) .....	14
3.4. A Guerra em Angola.....	15
<b>Capítulo 4 Teatro de Operações de Moçambique .....</b>	<b>17</b>
4.1. O Inimigo.....	17
4.2. As Forças Portuguesas .....	18
4.3. O Terreno e o Clima (Área de Operações) .....	20
4.4. A Guerra em Moçambique .....	20
<b>Capítulo 5 O Apoio Logístico em África .....</b>	<b>24</b>
5.1 Angola.....	25
5.1.1 Fardamento e Equipamento.....	25
5.1.2 Reabastecimento .....	26
5.1.3 Munições .....	27
5.1.4 Serviço de Saúde .....	28
5.1.5 Serviço de Transportes .....	29
5.1.6 Depósitos .....	33
5.2. Moçambique .....	34
5.2.1 Fardamento e Equipamento.....	34
5.2.2 Reabastecimento .....	35
5.2.3 Munições .....	36
5.2.4 Serviço de Saúde .....	36
5.2.5 Serviço de Transportes .....	38

<b>Capítulo 6 Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>40</b>
6.1. Limitações da Investigação.....	45
6.2. Desafios para Futuras Investigações.....	45
 <b>Bibliografia.....</b>	 <b>46</b>
 <b>Anexos.....</b>	 <b>An1</b>

## Índice de Figuras

<b>Fig. 1:</b> Mapa do Sul de Angola e do teatro de operações.....	<b>An2</b>
<b>Fig. 2:</b> Mapa de Angola (Mossâmedes e Lubango) .....	<b>An3</b>
<b>Fig. 3:</b> Mapa de Angola (Zona do Humbe) .....	<b>An4</b>
<b>Fig. 4:</b> Carro <i>boer</i> .....	<b>An5</b>
<b>Fig. 5:</b> Carro alentejano.....	<b>An5</b>
<b>Fig. 6:</b> Mapa de Moçambique e do teatro de operações.....	<b>An6</b>
<b>Fig. 7:</b> Mapa de Norte de Moçambique .....	<b>An7</b>
<b>Fig. 8:</b> Nota dos géneros necessário à 2ª força expedicionária .....	<b>An8</b>
<b>Fig. 9:</b> Mapa de carga da utilização do caminho-de-ferro de Mossâmedes .....	<b>An9</b>
<b>Fig. 10:</b> Esboço geográfico do caminho-de-ferro de Benguela.....	<b>An10</b>
<b>Fig. 11:</b> Mapa da existência de materiais nos diversos depósitos a 24 de junho .....	<b>An11</b>
<b>Fig. 12:</b> Hospital de Campanha.....	<b>An12</b>
<b>Fig. 13:</b> Correspondência referente aos serviços de saúde.....	<b>An13</b>

## Índice de Quadros / Tabelas

**Tabela N°1:** N° de mortos durante a Campanha de Angola ..... **28**

**Tabela N°2:** N° de mortos durante a Campanha de Moçambique ..... **37**

## Lista de Anexos

<b>Anexo A – Mapa de Angola .....</b>	<b>An2</b>
<b>Anexo B – Carro <i>Boer</i> e Carro Alentejano .....</b>	<b>An5</b>
<b>Anexo C – Mapa de Moçambique .....</b>	<b>An6</b>
<b>Anexo D – Levantamento dos Géneros Necessários à 2ª Expedição .....</b>	<b>An8</b>
<b>Anexo E – Exploração do Caminho-de-Ferro de Mossâmedes .....</b>	<b>An9</b>
<b>Anexo F – Esboço Geográfico do caminho-de-ferro de Benguela.....</b>	<b>An10</b>
<b>Anexo G – Existência nos Diversos Depósitos.....</b>	<b>An11</b>
<b>Anexo H – Hospital de Campanha no Norte de Moçambique .....</b>	<b>An12</b>
<b>Anexo I – Correspondência referente aos serviços de saúde.....</b>	<b>An13</b>

## **Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos**

<b>AHM</b>	<b>Arquivo Histórico Militar</b>
<b>Fig.</b>	<b>Figura</b>
<b>Gen</b>	<b>General</b>
<b>GM</b>	<b>Guerra Mundial</b>
<b>Maj</b>	<b>Major</b>
<b>NEP</b>	<b>Norma de Execução Permanente</b>
<b>QD</b>	<b>Questões Derivadas</b>
<b>QG</b>	<b>Quartel General</b>
<b>Séc.</b>	<b>Século</b>
<b>TCor</b>	<b>Tenente-Coronel</b>
<b>Ten</b>	<b>Tenente</b>
<b>TIA</b>	<b>Trabalho de Investigação Aplicada</b>
<b>TO</b>	<b>Teatro de Operações</b>
<b>Ton</b>	<b>Toneladas</b>

# Capítulo 1

## Introdução

### 1.1. Introdução

No âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria, e enquadrado no Tirocínio para Oficial de Infantaria, desenvolvemos este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). Trata-se do término de um longo percurso e é um marco importante na vida do aluno da Academia Militar. É pois, o culminar de cinco anos de formação académica e preparação militar para o ingresso nos quadros permanentes do Exército.

O tema da investigação insere-se na participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial (1ªGM) mais propriamente nas colónias portuguesas em África. Assim o presente TIA, subordinado ao tema – “*As Campanhas Militares Portuguesas em Angola e Moçambique Durante a 1ª Grande Guerra: Uma Comparação Logística*”, e o seu estudo de caso constitui a comparação entre o apoio logístico realizados nos Teatros de Operações (TO) de Angola e de Moçambique, às respetivas Expedições Portugueses e insere-se na conclusão do mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, realizado na Academia Militar.

Neste Estudo de Investigação Aplicada procura-se analisar o apoio logístico às Expedições Portuguesas enviadas para o território Africano Português durante a 1ªGM e comparar os dois apoios logísticos nos diferentes Teatros de Operações, bem como analisar se estes cumpriam com as necessidades dos militares em campanha na primeira grande guerra nas províncias ultramarinas.

## **1.2. Enquadramento**

Desde a Guerra Civil Americana até à 1ª GM assistiu-se a grandes evoluções tecnológicas e de armamento que influenciaram as táticas da manobra, na vanguarda dos combates, e do apoio logístico, à retaguarda dessas forças.

Pretende-se com este trabalho caracterizar o Teatro de Operações de Angola e o Teatro de Operações de Moçambique, verificar a eficácia do apoio logístico às operações realizadas nos dois teatros, quais as funções logísticas que eram mais e menos eficientes em ambos os Teatros, e de que forma o apoio logístico afetou as operações na zona de combate.

No final da investigação, iremos comparar o apoio logístico em campanha nos dois teatros avaliando as diferenças e semelhanças existentes entre as diferentes funções logísticas, o que nos permitirá tirar conclusões sobre a forma como se processou o apoio logístico e se conseguiu responder, ou não, às necessidades das forças que estavam em operações na frente de combate.

## **1.3. Justificação do Tema**

As revoluções industriais ocorridas na transição do século (séc.) XIX para o séc. XX influenciaram o aparecimento e construção de novos armamentos, que ditaram formas de combater também inovadoras, que circunscreveram as táticas de guerra de movimento ao primeiro ano de conflito, obrigando os beligerantes a adaptar as suas doutrinas táticas à guerra de caráter estático, o que também mudou de forma considerativa a doutrina do apoio logístico.

A 1ª GM constitui a primeira experiência de combate em que participaram países de todos os continentes, com especial destaque para os países europeus, continente onde decorreram as principais operações militares. Mas não nos podemos esquecer dos outros Teatros de Operações como foi o continente africano. Num período em que o inimigo, liderado pelo Império Alemão, apostou tudo para vencer a guerra, e que se preparou antecipadamente para o combate, o apoio logístico às nossas forças foi essencial e teria que ser rigoroso, não poderia haver falhas no abastecimentos e na assistência às forças portuguesas. Os militares viajaram para um continente diferente, desconhecido de muitos e com um clima completamente diferente do português, estavam longe da família a combater

pela sua pátria e pelo seu território, pelo que seria indispensável que todos os militares tivessem um moral elevado e vontade de combater o inimigo. Para que os militares tivessem o moral e a vontade pretendida, era indispensável prover-lhes algum bem-estar e não lhes facultar mais privações e dificuldades do que aquelas que uma guerra proporciona.

Existem diversas obras publicadas que abordam a participação portuguesa no TO europeu, no entanto poucos são os autores que estudaram a 1ª Grande Guerra no continente africano. Foi com a intenção de trazer algo de novo, que optámos por estudar quais os problemas logísticos que os militares portugueses nas diferentes campanhas, Angola e Moçambique, sofreram e se foi devido a estas falhas que as expedições de Moçambique nunca conseguiram ocupar o triângulo de Quionga, como estava planeado. Além das obras de Martins (1938), Arrifes (2005), Oliveira (1994) e de alguns artigos publicados em números mais antigos da Revista de Militar e dos Boletins de Administração Militar, efetuamos uma pesquisa no Arquivo Histórico Militar (AHM) por fontes primárias que nos permitissem efetuar um estudo mais específico e direcionado para o apoio logístico efetuado nas Campanhas de África.

#### **1.4. Delimitação do Estudo**

Devido à restrição do número de páginas e à abrangência de assunto que este tema pode tratar, definiu-se como objeto de estudo o apoio logístico durante as Campanhas Militares em Angola e Moçambique, delimitando-se desde logo a área geográfica em estudo, durante a 1ª GM, que ocorreu entre os anos de 1914 e 1918.

Assentando este trabalho num estudo de caso, a comparação entre o apoio logístico realizado no Teatro de Operações de Angola e de Moçambique, envolve a análise dentro do apoio logístico as diferentes funções, o reabastecimento de alimentação, fardamento e equipamento, as munições, o serviço de saúde e o serviço de transportes, e como era executado o apoio logístico às forças portuguesas em Campanha no continente africano.

## 1.5. Pergunta de partida e perguntas derivadas

Uma forma de atuação na elaboração de uma investigação, segundo Quivy e Campenhoudt, (1998, p.32) “*consiste em procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar ou compreender melhor*”, assim, este trabalho tem como pergunta de partida ou questão central, **Como foi processado o apoio logístico às forças militares portuguesas em Angola e Moçambique durante a 1ª Grande Guerra?**

Para conseguir responder a esta pergunta, derivam outras questões derivadas (QD) pertinentes, nomeadamente:

**QD1:** Quais as diferenças e semelhanças existentes entre o teatro de Operações de Angola e de Moçambique no âmbito da logística de campanha?

**QD2:** A influência do apoio logístico foi determinante no desenrolar das operações militares que decorreram no teatro de operações angolano?

**QD3:** No teatro de operações moçambicano o apoio logístico em campanha influenciou o resultado das diferentes operações militares?

## 1.6. Metodologia

A metodologia seguida nesta investigação tem como referência o método de investigação histórico, baseado na recolha prévia de informações que serviram de base para a delimitação do tema da investigação. A recolha dessa informação centrou-se na análise documental de publicações e artigos da opinião de autores que abordam temáticas relacionadas com o apoio logístico prestado nas Campanhas de África, durante a Primeira Grande Guerra. Todavia, durante a pesquisa e análise de fontes para a realização do trabalho, procuramos trabalhar essencialmente fontes primárias, dando destaque aos relatórios e testemunhos escritos dos oficiais que foram comandantes de algumas expedições em África, durante os anos de 1914 até 1918.

Utilizamos, o método histórico<sup>1</sup>, onde descrevemos o apoio logístico prestado, a sua doutrina e o que foi planeado durante as Campanhas Militares de África. Para conseguir

---

<sup>1</sup> Analisa os fenómenos ou processos em estudo, atendendo à constituição, ao desenvolvimento, à formação e às consequências do fenómeno. (Sarmiento, 2008, p.5)

responder à questão central e às questões derivadas, foi preciso realizar um estudo sincrónico<sup>2</sup>. O estudo sincrónico está presente, ao longo de todo o trabalho, pois procuramos analisar o apoio logístico prestado às forças em campanha, em Angola e em Moçambique. Nas conclusões desta investigação, este tipo de estudo estará mais presente, pois iremos comparar o apoio logístico prestado em Angola e o que foi praticado em Moçambique.

### **1.7. Estrutura do trabalho e síntese dos capítulos**

Este trabalho divide-se em seis capítulos, em que o Capítulo 1 – Introdução, apresenta o tema, faz um enquadramento do mesmo, a sua justificação, delimita-o temporal e geograficamente e apresenta a metodologia utilizada para esta investigação.

O Capítulo 2 – Enquadramento Histórico, faz um enquadramento da investigação explicando a origem e evolução da 1ª GM e o motivo da entrada de Portugal na Grande Guerra.

O Capítulo 3 – Teatro de Operações de Angola, caracteriza o inimigo que as forças portuguesas encontraram em Angola, a constituição das duas expedições enviadas para este TO e os seus objetivos. Faz uma descrição do terreno e do clima angolano e por fim descreve os acontecimentos mais relevantes que se passaram entre as forças portuguesas e as forças lideradas pelos alemães durante a permanência em Angola.

No Capítulo 4 – Teatro de Operações de Moçambique, tal como no anterior, caracterizamos o inimigo no TO de Moçambique, a constituição das quatro expedições enviadas para a colónia portuguesa, tal como os objetivos que lhes foram impostos, descreve o clima e o terreno que muitas baixas causaram nas forças portuguesas. No final do capítulo é descrito, resumidamente, os factos ocorridos entre as forças portuguesas e o inimigo durante a estadia em Moçambique.

O Capítulo 5 – Apoio Logístico em África está subdividido em dois subcapítulos, o 5.1 – Angola, em que descreve como foi processado o apoio logístico no TO angolano e quais os problemas que foram mais frequentes nas diferentes funções logísticas. No subcapítulo 5.2 – Moçambique, é relatado o processo do apoio logístico em Moçambique durante a 1ª GM e, tal como no subcapítulo anterior, são descritos os problemas mais

---

<sup>2</sup> Sincronia – pressupõe a investigação num determinado tempo curto, ou seja, transversal ou em corte. (Berkhofer in Mendes, 1987, p.161)

constantes das várias funções logísticas que foram encarados pelos comandantes das diferentes expedições.

No final, depois de realizado o enquadramento do tema e analisada a informação obtida, serão expostas as conclusões no Capítulo 6 – Conclusões e Recomendações, onde se pretende fundamentalmente dar resposta à pergunta central e às perguntas derivadas enunciadas.

Como qualquer trabalho de investigação, é enunciada por último a bibliografia consultada, cujo contributo foi essencial para a realização da mesma e para reforçar as ideias do autor.

## **Capítulo 2**

### **Enquadramento Histórico**

#### **2.1. Antecedentes e início da Guerra**

No início do séc. XX, duas novas potências exteriores à Europa surgiram, os Estados Unidos da América e o Japão, mas continuava a ser a Europa, principalmente, a Europa Ocidental, o principal bloco a exercer influência preponderante no sistema internacional da época, razão pela qual o equilíbrio dos conflitos europeus constituía uma preocupação de todas as nações do mundo. Desta forma nas vésperas da 1ª GM, embora o sistema vigente fosse multipolar, eram ainda os grandes centros financeiros de Inglaterra, França e Alemanha que apoiavam a investigação científica e tecnológica, os grandes empreendimentos industriais e o desenvolvimento económico e social. Por estas razões, estes países exerciam uma incontestável hegemonia sobre o resto do mundo, devido à sua ascendência cultural, ao florescimento material e ao progresso técnico, que tinha então acelerado com a terceira revolução industrial nos finais do séc. XIX (Rita, 2013).

Começam assim a surgir alianças entre as várias nações europeias, a Tríplice Aliança que incluía a Alemanha, a Itália e a Áustria-Hungria e a Tríplice Entente, que envolvia a Inglaterra, a França e a Rússia. Encontrava-se assim a Europa dividida em dois grandes blocos o que contribuiu para o início da 1ª GM (Torres, 1968).

A situação das colónias africanas contribuíram também para uma instabilidade diplomática europeia, como foi o caso português do Mapa cor-de-rosa em 1886, que envolvia a Alemanha e a França, mas que ia contra as ambições de Inglaterra de ligar a cidade do Cabo à do Cairo (Torres, 1968).

Com toda esta instabilidade europeia a rivalidade entre a Áustria-Hungria e a Sérvia e a rivalidade do Império Austro-Húngaro com a Rússia também não contribuíram para o caminho da paz na Europa (Torres, 1968).

Foi nesta rivalidade que se iniciou o pretexto para o início da Grande Guerra, com a Áustria a anexar a Bósnia-Herzegovina e a Sérvia a ser contra esta expansão do território

austríaco, que resulta no assassinado do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro presuntivo da coroa da Áustria, e da sua mulher, em Sarajevo, por um estudante sérvio. Após este assassinado o governo de Viena dirige a Belgrado um *ultimatum*, a 23 de julho, em que acusava o governo sérvio de cumplicidade do crime e era-lhe exigida uma resposta dentro de 48 horas às condições humilhantes impostas que, caso fosse negativa resultaria na inevitável guerra. A 25 de julho o representante da Áustria-Hungria em Belgrado abandona a cidade e no dia 28 de julho a Sérvia recebia a declaração de guerra assinada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros austro-húngaro (Martins, 1938).

Declarada a guerra, o Império Austro-húngaro mobilizou parte do seu exército, por outro lado, a Rússia, assim que tomou conhecimento da declaração de guerra à Servia, mobilizou 13 Corpos de Exército (CE), de forma a prevenir um possível conflito e a proteger os seus interesses nos Balcãs. O Império Alemão, que considerou este ato ameaçador, incitou a “*Áustria a mobilizar imediatamente contra a Rússia e a declinar as tentativas feitas para a manutenção de paz*” (Martins, 1938, p.20) e, a 31 de julho de 1914, a “*Alemanha dirigia à Rússia e à França, sua aliada, um ultimatum em que exigia daquela, a revogação imediata de todas as medidas militares que tinha tomado contra a Alemanha e contra a Áustria.*” (Martins, 1938, p.20).

Como “*a passagem pela Bélgica era para a Alemanha uma questão de vida ou morte*” (Martins, 1938, p.19) o governo britânico decidiu fazer “*um ultimatum à Alemanha para que detivesse, dentro de 24 horas, a invasão da Bélgica*” (Martins, 1938), exigência que o Império Alemão declinou, provocando a entrada da Inglaterra e de Montenegro, movido pela causa Sérvia, na guerra que se previa ser rápida mas que se prolongou até 1918 (Afonso, 2008).

Portugal declarou a sua neutralidade a 7 de agosto de 1914. Porém, acordou com Inglaterra que, caso a Alemanha ameaçasse possessões portuguesas no ultramar, seriam ativados os compromissos do tratado anglo-português (Martins, 1938).

## 2.2. Portugal na Guerra

A 5 de outubro de 1910 é derrubada a monarquia em Portugal, sendo esta primeira república vista mundialmente com indiferença, o que obriga o governo português a

corresponder às exigências da sua política exterior da melhor forma. A primeira república<sup>3</sup> teve assim que resolver a situação da política externa e melhorar a situação da política interna que continuava instável, herança do antigo regime monárquico, com o país a viver um grande período de crise social e económico. Também as distintas clivagens internas impediam o consenso nacional em relação aos objetivos políticos e estratégicos nacionais (Rita, 2013).

Com a implementação da república houve também uma série de reformas militares e de constantes mudanças de governo, em que a reestruturação do exército<sup>4</sup> implicava novas necessidades de material, instrução e homens. Com tantas reformas e reestruturações Portugal não estava num período em que estivesse estável internamente, problemas que não conseguiu resolver até ao começo da 1ª GM (Martins, 1938).

No dia 4 de agosto de 1914 é declarada guerra à Alemanha por parte de Inglaterra e, no dia seguinte, o Ministro Teixeira Gomes, que estava em Londres, envia um telegrama ao Ministro dos Negócios Estrangeiros a informar que, com a atual situação da Alemanha a violar a neutralidade das pequenas potências, seria muito difícil para o governo português manter-se afastado da guerra, mesmo que fosse declarada neutralidade. Por isso, foi comunicado ao Subsecretário de Estado inglês que em qualquer dos casos estaríamos do lado da Inglaterra. Nesse mesmo dia é recebido um comunicado, proveniente do Ministro da Grã-Bretanha e dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, a pedir que o governo português se abstinhasse de proclamar a neutralidade, dizendo que no caso de a Alemanha atacar alguma possessão portuguesa o governo britânico seria nosso aliado e ajudar-nos-ia na defesa das nossas possessões, mas caso as forças de sua majestade precisassem de fazer um pedido ao nosso governo apelaria sempre à aliança, como justificação de tal pedido, pelo que Portugal não podia declarar-se neutro (Martins, 1938).

Portugal seguiu assim o pedido de Inglaterra e absteve-se de declarar a neutralidade no conflito, esta abstenção não significava que Portugal fosse beligerante, pois também não houve uma declaração de beligerância à aliança dos poderes neutrais, o que significava que Portugal se mantinha neutral, uma vez que a neutralidade não necessitava de uma declaração, ao contrario da beligerância que teria de ser declarada (Silva, 2004).

---

<sup>3</sup> A 1ª república foi o período da história nacional que decorreu desde o dia que foi implantada a república em 5 de outubro de 1910, até ao momento em que teve lugar o golpe militar a 28 de maio de 1926. A partir daqui iniciou-se um período ditatorial entre 1926 e 1974, conhecido por estado novo.

<sup>4</sup> A reestruturação em 1911, conduziu à passagem de um exército profissional para um exército miliciano.

Surgiram então algumas complicações a Portugal, pois não sendo beligerante nem neutral, e nem podendo negar a ajuda a Inglaterra, sua aliada, a Alemanha começa a perceber que o governo português e as suas colónias talvez fossem também parte do inimigo, pelo que a 25 de agosto de 1914 as forças alemãs atacam o posto fronteiriço de Maziúá, no norte de Moçambique (Martins, 1938).

Portugal mantinha assim uma atitude de respeito pela sua aliada Inglaterra, mas não conseguiu manter-se fora da guerra, para a qual acabou por entrar não só enviando forças para defender as suas colónias, mas também enviando para o combate da Flandres, em França, o Corpo Expedicionário Português (CEP). Para Teixeira (1998) a entrada de Portugal na Grande Guerra tem por base duas teorias explicativas: a tese colonial e a tese europeia peninsular.

A tese colonial prende-se com a entrada de Portugal na guerra com o objetivo de defender o futuro das colónias portuguesas em África após o conflito, pois estas “*eram objeto de grande interesse económico e estratégico por parte das grandes potências (...) eram susceptíveis de funcionar e funcionaram, realmente e mais do que uma vez, como mecanismo de compensação e moeda de troca na balança de poderes do equilíbrio europeu*” (Teixeira, 1998, p. 56), contra a ameaça de perda das colónias para Alemanha ou contra os jogos políticos da Inglaterra. A segunda tese, a tese europeia-peninsular, defendia que Portugal tinha entrado na guerra pelo alcance de dois objetivos: em que o primeiro seria a procura de um lugar no concerto das nações europeias, pelo que entrando ao lado de Inglaterra dava a Portugal um papel de destaque na Península Ibérica, já que Espanha se mantinha neutra, e com a vitória dos aliados, Portugal teria, assim, o reconhecimento internacional que procurava desde a implementação da república em 1910. O segundo objetivo passava por afastar o perigo espanhol no quadro peninsular, afastando assim o receio de Portugal ser anexado por Espanha (Teixeira, 1998).

A 23 de fevereiro de 1916 destacamentos da armada portuguesa entraram a bordo dos navios alemães, a pedido da Inglaterra, que se encontravam fundeados nos portos nacionais no estuário do Tejo e nos portos das colónias africanas, que culminou com uma salva de 21 tiros e o içar da bandeira Portuguesa (Oliveira, 1994). “*Contestou o Governo Alemão, perante o nosso ministro em Berlim, dizendo que não se tratava somente da questão de direito, mas da forma como fora posta a medida em execução*” (Martins, 1938, p.86).

Não satisfeito com a atitude e a justificação portuguesas, o Império Alemão envia um telegrama ao governo português no qual diz que se vê forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo Português, declarando guerra a Portugal a 9 de março de 1916. Desta nota de declaração de guerra constam ainda diversas críticas ao governo português, destacando a resposta favorável que Portugal, durante dois anos, deu a diversos pedidos ingleses, ao mesmo tempo que negava ou ignorava os pedidos dos alemães. No mesmo dia, e em resposta, Portugal declara guerra aos Impérios Centrais (Martins, 1938).

## **Capítulo 3**

### **Teatro de Operações de Angola**

#### **3.1. O Inimigo**

As tropas da Damaralândia<sup>5</sup> estavam bem aclimatadas e aguerridas e davam a impressão de que valiam mais que as tropas alemãs europeias. A maioria das praças e oficiais tinham cerca de sete anos de serviço no sudoeste alemão, e os que pertenciam às reservas, ao serviço ativo ou à polícia (a polícia formava no sudoeste alemão um corpo de, aproximadamente, 800 homens) tiveram períodos mais ou menos longos de instrução militar na Alemanha.

O seu estado de saúde era bom e a sua idade variava entre os 25 e os 42 anos. Muitas dessas praças eram antigos artilheiros e soldados dos Regimentos de Infantaria alemã. Grande ou pequeno, o que é certo é que o exército colonial em serviço no sudoeste alemão estava constituído por tropas instruídas, treinadas e disciplinadas. Deve-se juntar a isto o grande conhecimento que as tropas tinham do terreno, dos seus caminhos, dos lugares onde se encontrava água e de todos os seus recursos. Era uma força que somava cerca de 16.000 homens, bem equipada e bem instruída, capaz de entrar em campanha. Em contrapartida, havia uma população de 50.000 nativos que numa ocasião de guerra, poderiam gerar sérios problemas aos alemães.

O país foi bem fortificado e possuía um excelente sistema de comunicações constituído por caminhos-de-ferro, estradas, telefones e telégrafos.

Os alemães dispunham de recursos alimentícios importantes, em que podiam contar com 65.000 vacas, 192.000 carneiros sem lã, 11.000 merinos e 135.000 cabras às quais se juntavam grandes manadas de caça do género antílope. Apesar de, também, no sudoeste alemão haver uma grande quantidade de trigo e farináceos, sofriam de deficiência de ferragens.

---

<sup>5</sup> Atual Namibia

O Quartel General (QG) da colónia foi previamente reabastecido em grandes quantidades de água, para prevenir desde cedo o período das grandes secas.

Os alemães estavam, portanto melhor preparados para resistir a uma invasão, do que as forças invasoras para a realizarem e não devia estar longe da verdade a afirmação que eles próprios faziam de que para os atacarem no seu próprio território seria necessário uma força tripla da sua, ou seja 48.000 homens (AHM – 2/2/5/4).

### **3.2. As Forças Portuguesas**

Foram enviadas para a Campanha de Angola duas expedições, a 1ª expedição enviada a 11 de setembro de 1914, comandada pelo Tenente-Coronel Alves Roçadas e a 2ª Expedição comandada pelo General (Gen) Pereira de Eça, que chega a Mossâmedes no dia 23 de março de 1915. Os homens que foram servir a sua pátria em território angolano eram homens disciplinados e bem treinados, elogiados por ambos os comandantes das expedições (Rita, 2013).

A 1ª Expedição tinha como objetivo assegurar a ordem pública e a integridade da colónia, ocupar toda a região além Cunene e impedir o avanço das forças alemãs ou sob o comando alemão. Esta força era constituída pelo 3º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 14, o 3º Esquadrão do Regimento de Cavalaria n.º 9, a 2ª Bateria do Regimento de Artilharia de Montanha, a 2ª Bateria do 1º Grupo de Metralhadoras, o 1º Grupo de Companhias de Saúde e o 1º Grupo de Companhias de Administração Militar (Roçadas, 1919).

A segunda expedição teve novamente como objetivo fazer face a uma nova investida alemã, mas também pacificar as regiões sublevadas, tendo sido as principais operações, a marcha para a conquista das Cacimbas de Mongua, o ataque e ocupação da Embala de N'Giva, o combate da Chana de Inhoca e a reocupação do forte do Cuamato. Esta expedição tinha a seguinte constituição: a 1ª Bateria do Regimento de Artilharia de Montanha, a 3ª Bateria do Regimento de Artilharia de Montanha, o 3º Esquadrão do Regimento de Cavalaria N.º 11, o 3º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º16, o 3º Batalhão do Regimento de Infantaria N.º 17, a 2ª Bateria do 2.º Grupo de Metralhadoras, a 2ª Bateria do 3.º Grupo de Metralhadoras e o 3º Grupo de Companhias de Saúde (Eça, 1921).

### 3.3. O Terreno e o Clima (Área de Operações)<sup>6</sup>

O teatro de operações angolano era caracterizado por ser atravessado por dois rios, o Cunene e o Cubango, em que não existiam pontes para a sua travessia, apenas barcos ou jangadas que os poderiam atravessar na época seca.

No que diz respeito à vegetação, existiam no teatro de operações vastas planícies arborizadas com árvores de porte baixo, com muitas clareiras mais ou menos extensas designadas por chanas (Rita, 2013).

O clima estava demarcado em duas estações, a estação quente, de outubro a abril, e a estação fria, de maio a setembro, esta mais favorável às campanhas militares. Quanto à pluviosidade havia quatro períodos, um de pequena seca, nos meses de janeiro e de fevereiro, um período de grandes chuvas, em maio e setembro, outro que decorria do mês de maio até setembro, que era o das grandes secas e, por último, o período de pequenas chuvas, que durava três meses, de outubro a dezembro (Soares, 1936).

Durante o período das grandes chuvas os rios transbordavam em ambas as margens numa grande extensão, o que dificultava em muito a sua travessia. Os jacarés eram também um perigo eminente a par do terreno inundado e enlodado, que complicava a circulação dos carros *boers*<sup>7</sup> e dos carregadores indígenas, fazendo com que estes só pudessem circular por determinados locais menos perigosos e mais transitáveis. Locais estes que a sua travessia era mais vagarosa, porque estas estradas não eram tão diretas (Roçadas, 1919).

Pelo que já vimos, as chuvas influenciavam consideravelmente a área de operações e o decorrer destas, pois só na época seca se podia colocar em prática uma campanha militar com eficácia, muito difícil de acionar e manter durante as épocas chuvosas, em particular no sul de Angola, devido à lama e ao terreno pouco consistente junto à zona ribeirinha dos rios. Por outro lado o tempo seco também, condicionava o decorrer das operações, os deslocamentos, quer das forças, quer dos transportes de reabastecimentos, devido à grande falta de água, pois fora dos rios, as tropas, a população, o gado, e os animais selvagens da fauna local, dependiam exclusivamente dos locais onde existia água,

---

<sup>6</sup> Ver Anexo A

<sup>7</sup> Os carros *boers* tinham maiores dimensões que os carros alentejanos que também foram empregues nas operações no sul de Angola. Puxados por 10 juntas de bois, num total de 20 animais, ao contrário dos alentejanos que tinham apenas uma junta, apresentavam características que lhes permitiram uma melhor adaptação às operações do sul de Angola. (Rita, 2013). Ver Anexo B

designados por dambas e por cacimbas<sup>8</sup>. Estas também tinham os inconvenientes, pois eram muito afluídas, quer pelas populações como pelos animais selvagens, o que gerava por vezes alguns incidentes e encontro com inimigo, como quando aconteceu com o Gen Pereira de Eça quando se deslocava com o seu destacamento para o baixo Cunene para ocupar a região de Cuanhama (Rita, 2013).

### 3.4. A Guerra em Angola

Perante o ataque alemã em Moçambique, Portugal desde de cedo que previa incidentes no sul de Angola, uma vez que a colónia fazia fronteira a sul com a Damaralândia, que se encontrava na posse alemã (Martins, 1938).

Desde cedo começaram a trabalhar nas províncias angolanas de Huíla e Benguela vários cidadãos alemães, desde engenheiros a caçadores. Todos estes cidadãos exerciam influência direta nas populações locais através dos seus empregos. Tentavam desacreditar, através de uma forte ação psicológica, a continuação de Portugal como potência colonizadora. Havia também a presença de espões alemães nas regiões de Benguela e Mossâmedes<sup>9</sup> (Rita, 2013).

Mas foi a 19 de outubro de 1914 que, após um administrador alemão e a sua comitiva entrarem em território angolano sem autorização, que sucedeu aquele que é conhecido como o incidente de Naulila. Esta comitiva foi intersetada e foram mortos alguns dos elementos em Naulila. Após este incidente houve a resposta alemã que veio sob a forma de massacre quando o posto militar do Cuangar foi assaltado e saqueado, a 31 de outubro. No entanto este ato não foi isolado e vários postos ao longo do rio Cubango sofreram o mesmo destino (Roçadas, 1919).

Foi no dia 11 de setembro de 1914, que Portugal enviou a primeira de duas expedições, esta comandada pelo Tenente-Coronel Alves Roçadas, composta por, aproximadamente, 1.600 homens, com o objetivo de assegurar a ordem pública, integridade e pacificação da colónia principalmente a sul, na região de Cuanhama. Tinha

---

<sup>8</sup> Dambas e cacimbas – após a época das chuvas, as margens dos rios ficavam alagadas, permanecendo depois do rio voltar ao seu leito normal, extensas lagoas conhecidas por dambas, que percorriam o Humbe, o Cuamato e o Cuanhama. Quando a água deixava de correr, infiltrava-se em depósitos ou poços chamados de cacimbas com bocas de 20 a 30 metros de diâmetro, que tinham profundidades variáveis entre os 10 e os 25 metros. (Rita,2013)

<sup>9</sup> Atual Namibe

também a missão de impedir a progressão de quaisquer forças que procurassem invadir o território colonial, pelo que esta expedição tinha então uma missão de carácter mais defensivo (Rita, 2013).

Após a chegada desta força a Angola, Alves Roçadas e a força partiram para o sul de Angola, reforçada com tropas coloniais que perfaziam um total de 2.000 militares. Alves Roçadas ocupou a linha entre os fortes de Naulila e Dongoena. Conhecendo a região, a sua experiência levou-o a proteger e vigiar os vários vaus existentes perto de Naulila, com um efetivo de 1500 militares, tendo o restante efetivo sido enviado para o vau de Caloeque, pelo que esta ocupação de terreno levou a uma grande dispersão de forças (Roçadas, 1919).

Foi no dia 18 de dezembro de 1914 que as forças alemãs atacaram a posição defensiva de Naulila, e que se traduziu num enorme desastre para as forças portuguesas. Começaram com o forte e violento fogo de preparação da artilharia, sucedido de um ataque ao flanco esquerdo pela Infantaria. As nossas tropas começaram a recuar, havendo, no entanto, várias tentativas de reocupação das posições defensivas, nenhuma delas com sucesso eficaz. Depois de algumas horas sem ceder qualquer terreno aos alemães, Alves Roçadas retirou para a retaguarda e permaneceram concentrados no Forte de Gambos, onde aguardaram o regresso a Portugal, que se veio a realizar no dia 30 de junho de 1915 (Soares, 1936).

Com a chegada da 2ª expedição, no dia 23 de março de 1915, sob o comando do Gen Pereira de Eça, a 1ª expedição reforçou ainda a 2ª, ficando assim com um total de 9.000 homens. A última expedição tinha como missão montar uma eficaz linha de comunicações bem estruturada que passava por Mossâmedes, por Gambos e por Humbe para que não acontecesse o mesmo que à 1ª expedição (Rita, 2013).

Com a reocupação do Humbe e do forte Dongoena, o esforço foi orientado para a pacificação dos povos nativos, que eram bastante numerosos e tinham sido instruídos pelos alemães (Eça, 1921).

Com a vitória portuguesa no combate do Môngua, que teve a duração de três dias, os militares portugueses conseguiram assim reocupar todo o território que tinha sido ocupado pelos alemães. Foi assim que esta expedição cumpriu a sua missão, tendo chegado a Lisboa no dia 5 de dezembro de 1915 (Eça, 1921).

## Capítulo 4

### Teatro de Operações de Moçambique

#### 4.1. O Inimigo

A Alemanha, nos primórdios da 1ªGM, não tinha planos de defesa das suas colónias bem definidos, tal como as demais colónias europeias, pois esta potência sempre teve em conta que as colónias europeias nunca iriam desperdiçar forças e meios em combates fratricidas em África, razão pela qual, algumas das suas colónias não estavam preparadas para enfrentar um combate de grande intensidade e, em caso de ataque por parte de uma colónia vizinha, esta não teria capacidade de defender o seu território em África, apesar de possuírem soldados indígenas que, na sua maioria, eram bem treinados e bastante bem equipados (Pires, 1924).

Esta colónia tinha por hábito fazer o recrutamento dos seus soldados indígenas em tribos consideradas guerreiras que, por sua vez, eram treinados por oficiais vindos da metrópole, bem competentes, o que fazia com que estes soldados indígenas atingissem um nível de treino bastante elevado. O alistamento dos indígenas era de 5 anos e cada 2 homens tinham direito a um criado.

A Alemanha sentiu a necessidade de melhorar os seus planos de defesa, visto que estes estavam bastante vulneráveis. Para tal, apostou no uso das tropas indígenas porque não tinham muitos alemães nas suas colónias. No leste do continente africano esta potência apresentava um pensamento estratégico bem definido, com os objetivos devidamente estruturados “*para uma eventual acção militar resultante de um conflito na Europa*” (Arrifes, 2004, p. 82).

As tropas alemãs estavam organizadas em companhias e contavam com cerca de 12.000 indígenas e 3.000 europeus. Apesar de serem numericamente inferiores às forças aliadas, os alemães partiam em vantagem pois conheciam o terreno e tinham efetuado os seus treinos em ambiente africano. A sua atuação para atacar as forças aliadas exaustas e mal treinadas assentava numa maior mobilidade e independência. Utilizavam uma tática de

guerrilha, um emprego massivo das metralhadoras e de ações de reconhecimento, aliadas a uma estratégia desprendida da posse do terreno, visando, numa manobra de ação indireta, atrair o inimigo, desgastá-lo e ocupar ao máximo o seu tempo. Procuravam sempre obter a superioridade local nos pontos que lhe eram mais favoráveis, evitavam o combate decisivo, retiravam sempre que se encontravam em desvantagem, concentrando-se depois para combater de uma forma implacável (Arrifes, 2004).

A margem norte do Rio Rovuma estava ocupada com uma malha de postos militares fronteiriços alemães com capacidades de cerca de mil homens, apesar de esta área ser considerada área operacional secundária (razão pela qual tinham ali menor capacidade de combate), mas mesmo assim era superior à do efectivo português. Dispunham de uma boa Artilharia e de metralhadoras pesadas e ligeiras. Por vezes as suas companhias de metralhadoras agrupavam-se em 2 ou 3 unidades do escalão batalhão. Possuíam ainda como reserva, duas companhias de atiradores indígenas, um conjunto de viaturas adequadas e uma razoável rede de estradas, mas não o suficiente como referimos anteriormente. Possuíam ainda meios TSF fixos e móveis. Só, em 1916, é que se desenvolve a maior atividade operacional com os efetivos, a rondar os 3.100 europeus e 13 000 indígenas (todos combatentes da 1ª linha). Isto leva-nos a crer que possuíam um elevado número de auxiliares e carregadores, visto que cada dois homens tinham direito a um criado, para carregar as suas coisas (Arrifes, 2004).

#### **4.2. As Forças Portuguesas**

Para a colónia de Moçambique foram enviadas quatro expedições: a primeira em outubro de 1914, foi comandada pelo Tenente-Coronel de Artilharia Massano de Amorim. Esta expedição não tinha um objetivo definido, limitando-se a colaborar com as forças locais, estabelecendo as comunicações e postos militares na margem sul do rio Rovuma, tendo desenvolvido especial atividade na construção de estradas e linhas telegráficas. Esta expedição tinha cerca de 1500 militares e a seguinte organização: a 4ª Bateria de Artilharia de Montanha, o 4º Esquadrão de Cavalaria n.º 10, o 3º Batalhão de Infantaria n.º 15, uma Companhia de Saúde e a Administração Militar (Oliveira, 1994).

A segunda expedição enviada em outubro de 1915, foi comandada pelo Maj de Artilharia Moura Mendes e teve como objectivo a ocupação de Quionga e dos territórios ao norte do rio Rovuma, e, seguidamente, o ataque decisivo ao núcleo principal alemão de

Tábora, em combinação com as forças inglesas com as quais se deveriam fazer a junção ao norte de Songea. Esta expedição tinha um efetivo de sensivelmente 1500 militares e era constituída por: a 5ª Bateria de Artilharia de Montanha, o 4º Esquadrão de Cavalaria n.º 3, a 2ª Bateria do 7º Grupo de Metralhadoras, o 3º Batalhão de Infantaria n.º 21, a Companhia de Engenharia, a Companhia de Equipagens, as Companhias de Subsistência e a Companhia de Saúde (Gonzaga, 2011).

A terceira, em Junho de 1916, foi dirigida pelo comandante Gen Ferreira Gil. Para esta expedição foi fixado um único objetivo, a cooperação com as forças aliadas que participavam na campanha, o que se conseguiu por terem atraído sobre si uma parcela das forças alemãs aliviando desta forma os ingleses e os belgas, além de, na terceira expedição, ter chegado a ocupar Nevala, ocupação esta que não se conseguiu manter. Esta expedição composta por, aproximadamente, 4900 homens tinha a seguinte constituição: a Companhia Mista de Engenharia, a Secção de Telegrafistas Sem Fios, o 1º Grupo de Artilharia (comando), o 2º Grupo de Artilharia (comando), a 1ª Bateria de Artilharia de Montanha, a 2ª Bateria de Artilharia de Montanha, a 4ª Bateria de Artilharia de Montanha, a 1ª Bateria do 4.º Grupo de Metralhadoras, a 1ª Bateria do 5.º Grupo de Metralhadoras, a 2ª Bateria do 8.º Grupo de Metralhadoras, o 3º Batalhão de Infantaria n.º 23, o 3º Batalhão de Infantaria n.º 24, o 3º Batalhão de Infantaria n.º 28, as duas Companhias de Infantaria n.º 21, um Hospital Provisório, uma Ambulância, uma Padaria, a Companhia de Automóveis e o Serviço Veterinário (Gonzaga, 2011).

A 4ª Expedição e última, enviada em setembro de 1917, comandada pelo Coronel de Cavalaria Tomás de Sousa Rosa, chegou então a Moçambique com a finalidade de substituir as baixas e reforçar a 3ª expedição, de modo a guarnecer a fronteira do Rovuma, com cerca de 6000. Possuía a seguinte constituição: a Companhia de Engenharia, as duas Baterias de Artilharia de Montanha, as duas Baterias de metralhadoras, o 3º Batalhão de Infantaria n.º 29, o 3º Batalhão de Infantaria n.º 30, o 3º Batalhão de Infantaria n.º 31, um grupo de graduados para um esquadrão e vinte companhias de indígenas de Infantaria (Oliveira, 1994).

### 4.3. O Terreno e o Clima (Área de Operações)<sup>10</sup>

“O terreno no Norte de Moçambique exerceu influência profunda na conduta das operações pela natureza e característica do relevo e densa arborização, alguma de grande porte” (Oliveira, 1994, p. 196). A zona de operações tinha como características particulares a densa florestação, com árvores de grande porte que dificultavam de forma significativa a marcha e por sua vez a segurança das tropas. A existência de capim também não ajudava às operações militares, porque limitava os campos de tiro e de observação, favorecendo no entanto a aproximação pelo efeito surpresa do inimigo, o que tornava a Arma de Infantaria a mais ajustada a este tipo de cenário (Oliveira, 1994).

A estação chuvosa ia de outubro a abril (caracterizada por altas temperaturas, com marcadas variações térmicas diurnas e noturnas e com alto índice de humidade) e a época seca, de maio a outubro, considerado o melhor período para a condução das operações, deste que tivessem água, pois este recurso era considerado prioritário e decisivo para a conduta das operações (Oliveira, 1994).

As doenças que mais assolavam as tropas metropolitanas eram o paludismo (causada pela picada do mosquito), a doença do sono (causada pela mosca Tsé -tsé<sup>11</sup>) e as doenças intestinais, causadas pela pouca higiene que os militares praticavam (Portugal, 1981).

A utilização do rio Rovuma dependia da época das chuvas e do regime das marés, todavia, existiam regiões que permitiam a fácil travessia da fronteira nos dois sentidos São exemplos desta situação, a foz do Rio Lugenda, a Serra Mecula e Negomano. Contudo, era possível atravessar a fronteira, sem ser pelo rio, nas proximidades do lago Niassa (Oliveira, 1994).

### 4.4. A Guerra em Moçambique

Tendo o governo português definido que em Moçambique as tropas portuguesas teriam como objetivo recuperar a parcela já perdida do território do Quionga e consequentemente conseguir a passagem para a margem norte do rio Rovuma em território inimigo, este último contribuiria então para o objetivo estratégico que seria contrariar

---

<sup>10</sup> Ver Anexo C

<sup>11</sup> A mosca tsé-tsé transmite a doença do sono, não é a causa dessa doença, apenas a transporta.

definitivamente as intenções alemãs de se apoderarem da colónia portuguesa (Costa, 1936).

Portugal acabaria por enviar quatro expedições para Moçambique, mal preparadas e com pouco treino, em que o principal problema destas expedições em não conseguirem alcançar com sucesso as suas missões era a falta de preparação por parte do governo, sendo que esta preparação era coisa que não existia em Portugal, em que tudo se fazia por impulsos, bruscamente segundo as necessidades do momento e, por isso, tudo saía torto e desafinado, era o que deus quisesse. A experiência, o saber, a inteligência para nada serviam (Costa, 1936).

Os portugueses estavam mais concentrados no sul, na cidade de Lourenço Marques, uma região já fora dos trópicos com um clima mais ameno. Já a população nativa estava mais dispersa pelo centro e norte de Moçambique. Pelo que o centro e norte estavam mais desguarnecidos, quer de aparelhos administrativos quer de meios para conseguirem manter a segurança das fronteiras da colónia (Gonzaga, 2011).

Foi devido à falta de segurança nas fronteiras, que a Alemanha, com muito sucesso e sem qualquer oposição, conseguiu conquistar o posto fronteiriço de Quionga e por sua vez ocupar toda a baía adjacente, o que levou à devastação das poucas forças que guarneciam esta região. A ocupação, com a fraca resistência das forças portuguesas levou a Alemanha a pensar que poderia então avançar mais para sul e por fim conquistar toda a colónia portuguesa. Inicialmente avançou em direção a oeste onde conquistou o posto da região de Maziú a 25 de agosto de 1914. Foram estes sucessivos ataques e conquistas de terreno português que levaram as autoridades portuguesas a enviar as expedições militares, procurando travar o avanço alemão, e, se possível, reconquistar novamente o território que nos tinha sido tirado (Rita, 2013)

Assim, a 1ª Expedição partiu para Moçambique em novembro de 1914 e tinha como objetivo reocupar o território de Quionga. No entanto, devido à sua incapacidade operacional esta ocupação não foi possível, tendo ficado então instalada em Porto Amélia que conjuntamente com os habitantes locais melhoraram a rede estradal e linhas telegráficas em direção à fronteira do rio Rovuma (de Porto Amélia para Palma passando por Mocímboa da Praia, de Mocímboa da Praia para Nangadi e de Mocímboa da Praia para Mocímboa do Rovuma passando por Chomba). Ficando esta força estacionada em Porto Amélia, não realizaram qualquer tipo de estudos sobre a fronteira nem qualquer reconhecimento com vista à recolha de novas informações sobre a atividade dos alemães

no norte da colónia, que teriam grande valor para as expedições subsequentes e para as operações que estas poderiam vir a realizar (Oliveira, 1994).

A 2ª Expedição chegou a outubro de 1915, acompanhada por aquele que iria ser o futuro Governador-geral de Moçambique, o Dr. Álvaro de Castro. A reocupação de Quionga e de alguns territórios alemães a norte do rio Rovuma era o objetivo proposto para esta expedição. Esta força não tinha melhor preparação que a sua antecessora e os serviços de saúde continuaram inadequados ao ambiente que se vivia. Tal como os medicamentos e o abastecimento de géneros alimentícios era insuficiente (Martins, 1935).

Para que o objetivo desta expedição fosse alcançado avançou então uma força que iria assumir o comando militar da região fronteiriça a norte da cidade de Cabo Delgado. Esta força partiu de Porto Amélia para Palma a 24 de março levando géneros e medicamentos para um mês. No dia 10 de abril saíram de Palma em direção a Quionga com o objetivo de a reocupar. O objetivo foi cumprido sem qualquer incidente, pois as forças alemãs já tinham retirado da região. Após este primeiro objetivo ter sido alcançado, houve a preocupação de manter e de ocupar os antigos postos fronteiriços ao longo do rio Rovuma, fazendo assim uma linha defensiva. Após esta reocupação começaram então os preparativos para a travessia do Rovuma e a para a ocupação do território alemão no lado norte do rio (Martins, 1935).

No mês de julho de 1916 chegada a 3ª Expedição, que trazia também um hospital provisório. Esta força encontrava-se sob o comando do Gen José César Ferreira Gil, um oficial que era considerado muito disciplinador, razão pela qual, foi escolhido para comandar uma tropa bastante indisciplinada e com um espírito de corpo e de camaradagem quase nulos. Esta força era a mais indisciplinada, pois quase todos os militares que a compunham foram destacados para Moçambique por terem sido condenados por insubordinação (Costa, 1936).

Esta expedição vinha com uma atitude mais ofensiva que as suas antecedentes, tinha também mais efetivos, quase 4900 militares, e com o objetivo de lançar uma ofensiva sobre a colónia alemã. Ao longo do tempo são ocupadas várias regiões em território alemão, como Nevala e Massassi, apesar destas ocupações terem sido temporárias, pelo que os alemães mais tarde obrigaram as nossas forças a retirar para as trincheiras de Matúá. Terminara assim a ofensiva portuguesa. Com a chegada da estação chuvosa o Rovuma subiu o nível das águas e impediu que os alemães aproveitassem esta oportunidade para invadir a colónia portuguesa, o que em parte salvou os militares portugueses dum ataque

alemão. Até que chegasse a 4ª expedição da metrópole, as forças que restavam da 3ª expedição preocuparam-se só com o guarnecimento dos postos (Martins, 1938).

A 4ª e última Expedição enviada para Moçambique chegou à colónia no mês de setembro de 1917. Não foi diferente das anteriores, pois esta expedição era também indisciplinada e tinham o moral baixo e as doenças continuavam a ser um dos maiores inimigos dos combatentes. O plano dos Aliados era manter uma linha defensiva na margem sul do Rovuma constituída pelas tropas portuguesas, enquanto os ingleses e os belgas empurravam os alemães para sul até à fronteira com Moçambique, o rio Rovuma (Oliveira, 1994).

Mas a situação inverteu-se, o inimigo invadiu o território português com cerca de 2200 homens armados, organizados em 15 companhias que atacaram a linha defensiva composta pelos militares portugueses. Facilmente os alemães tomaram os postos fronteiriços na margem sul do rio Rovuma.

Houve várias tentativas de reconquistar o território perdido e de fazer com que os alemães recuassem e retirassem do território moçambicano, ou pelo menos de bloquear a ofensiva alemã, mas nenhuma destas tentativas foi bem-sucedida (Costa, 1936).

Com o armistício os alemães pararam a sua ofensiva. Por esta data já as tropas portuguesas estavam cansadas ao nível físico e moral. Mas logo após a retirada dos alemães, a sua missão não acabava por aqui, tendo sido atribuído mais um encargo lento e esgotante, procedendo-se então à reconstrução e beneficiação dos vários postos militares de fronteira que, depois de reparados, foram novamente retomados por guarnições portuguesas.

Com o Tratado de Versalhes em 1919, Portugal tem o reconhecimento de que Quionga pertencia ao território Moçambicano, uma das recompensas que resultaram do esforço português no teatro de guerra africano e, principalmente, europeu (Oliveira, 1994).

## **Capítulo 5**

### **O Apoio Logístico em África**

Até aos finais do séc. XIX os Serviços de Administração nas Colónias limitavam-se unicamente à fiscalização, ao processo e liquidação de contas e às inspeções de fazenda, sob a direção dos respetivos inspetores.

Com a nova organização do Exército Colonial (por decreto de novembro de 1901), os serviços passaram para as 2<sup>as</sup> Divisões dos Quartéis-Generais, este tendo sido o primeiro passo para a autonomia. Nesta nova organização começara-se a olhar para a Administração Militar e pensara-se que com a nova forma de organização esta iria corresponder ao desejado. Infelizmente não se conseguiu que a organização tivesse um efeito completo, porque apesar de tudo ter sido pensado, a sua ação limitou-se ao papel, devido à falta de pessoal e também à rejeição dos inspetores de fazenda (Alves, 1917).

Esta reorganização não era perfeita, mas iria melhorar, e muito, a forma de trabalhar dos serviços administrativos coloniais, em que estes iriam satisfazer as exigências mais rapidamente. Tinha algumas lacunas, nomeadamente os inspetores de fazenda continuavam com a direção dos serviços administrativos coloniais, e os quadros não tinham uma constituição que permitisse o desempenho pleno das atribuições que o decreto lhes tinha atribuído (Alves, 1917).

Outro grande mal que contribuía para o mau funcionamento da Administração Militar nas Colónias era a falta de uma repartição técnica no Ministério das Colónias para resolver os assuntos referentes a problemas administrativos, que eram realizados por pessoal estranho e não especializado ao serviço militar e que deste só tinham uma vaga ideia. Nesta repartição iriam ser feitos os estudos e os levantamentos dos recursos nas Colónias em relação às subsistências, aos transportes, entre outros. Teriam também a seu cargo o processo de despesas feitas na Metrópole por conta das Colónias, a fiscalização do serviço por meio de inspeções, a adaptação dos regulamentos de Administração Militar da Metrópole às Colónias e entre as mesmas, por forma a que os oficiais que fossem servir no

Ultramar não tivessem tantas dificuldades e que a administração dos exércitos variasse de província para província, como acontecia<sup>12</sup> (Alves, 1917).

O grande problema que a administração militar enfrentou nas Colónias não se deveu à falta de trabalho e empenho dos oficiais portugueses que para lá foram enviados, mas sim à falta de pessoal e às suas constantes substituições o que levou a complicações aumentando as dificuldades. Outro impedimento ao bom funcionamento dos serviços administrativos foram as intervenções dos inspetores de fazenda e a falta de apoio das autoridades locais.

Após as muitas interferências e intervenções por parte dos inspetores de fazenda no trabalho dos oficiais portugueses em Angola e Moçambique, criando problemas ao trabalho destes durante a sua estadia nas Colónias, os inspetores conseguiram, em 1912, um decreto que lhes dava total intervenção em toda a contabilidade ultramarina. Este decreto levou a uma guerra entre os oficiais e os inspetores de fazenda, pois os oficiais enviados de Portugal opuseram-se a servir sob as ordens dos inspetores, o que levou à falta da liquidação das despesas militares e um grande atraso, o que deu origem a constantes reclamações das unidades. Foram tantos os problemas que o decreto de 1912 trouxe ao bom funcionamento da administração militar nas Colónias, que nos finais de 1914 houve um novo decreto que revogou o anterior. Não se obteve um sistema perfeito, nem equivalente ao anterior de 1912, também devido ao diminuto efetivo de pessoal e a sua falta de autonomia, mas melhorou a situação (Alves, 1917).

Para tudo funcionar como desejado era necessário pessoal suficiente e com os conhecimentos técnicos necessários para o desempenho cabal do serviço.

## 5.1 Angola

### 5.1.1 Fardamento e Equipamento

As forças estavam bivacadas nos diferentes destacamentos, o que fazia com que o fardamento, tal como o equipamento individual, sofresse uma degradação mais rápida, do

---

<sup>12</sup> Na Guiné, Cabo Verde, Índia, Macau e Timor, a sua contabilidade militar, rege-se pelo regulamento de fazenda de 1864, modificado por decretos, portarias e circulares dispersos; em Angola pelo mesmo regulamento e sobre abonos a praças pré por um complicado regulamento publicado em portaria provincial de 1914 e finalmente em Moçambique por um regulamento diferente de todos os outros.

que aquilo que era normal, havendo mesmo soldados a andar quase nus e outros quase descalços e, nos casos extremos, soldados completamente nus e também descalços. Quando os soldados iniciaram os deslocamentos para ocupar as respetivas posições nos diferentes postos, não se conseguiram fazer acompanhar do seu equipamento individual e fardamento de reserva, pois não tinham como trocar de farda. Talvez o fardamento não fosse uns dos materiais mais importantes para o abastecimento das forças em combate, mas para a prevenção de doenças, para o bem-estar do soldado e para o mínimo de higiene, mesmo nas piores condições, o uso de um fardamento nas devidas condições contribuía para que os homens tivessem algum conforto, e assim o moral mais elevado. Foram feitas variadas requisições por quase todos os comandantes dos mais diferentes postos, a pedir novo fardamento, ou algum que tivesse usado, mas ainda em condições, para que os seus homens pudessem andar com o mínimo de dignidade a cumprir com as suas funções. Destas requisições, as que foram satisfeitas, chegaram com o devido atraso, e os comandantes nada podiam fazer, pois os homens não se tinham feito acompanhar do fardamento de reserva e os fardamentos que estavam nos depósitos dos diferentes postos, já tinham sido distribuídos por alguns soldados (Eça, 1921).

### 5.1.2 Reabastecimento

O problema da falta de material nem sempre foi proveniente da demora dos transportes, houve muitas vezes a oportunidade de abastecer quer as forças em operação, quer a expedição por parte da metrópole, mas havia constantes roubos, quer nos navios durante o abastecimento de Angola, quer nos depósitos ou até mesmo durante os deslocamentos para o abastecimento das forças que se encontravam na vanguarda. Ou seja, já não era só a falta de material que preocupava o comandante, como também ter que lidar com os roubos de material necessário para o bom desempenho das operações (Roçadas, 1919).

Foi feita, ainda em Lisboa, uma requisição pelo Gen Pereira de Eça, baseado num levantamento dos géneros necessários para a expedição<sup>13</sup>, para que no dia 2 de abril se encontrassem em Mossâmedes víveres para quatro meses e a 1 de maio fosse descarregado um abastecimento que desse para suportar toda a força durante seis meses. Esta requisição

---

<sup>13</sup> Ver Anexo D

foi feita, com a devida antecipação, enquanto a 2ª expedição se preparava, para que fosse executada. A intenção do Gen seria montar devidamente as linhas de *étapes*. Assim chegasse a Mossâmedes, iniciaria em abril a escalonar os víveres pelos respetivos postos, em maio completaria o abastecimento dos depósitos principais do Lubango, Gambos, e Humbe, e no fim de maio/princípios de junho poderia dar início às operações além Cunene com todo o desembaraço (Eça, 1921).

Proveniente dos sucessivos atrasos nos transportes e, por vezes, da falta destes, os reabastecimentos das forças nunca eram satisfeitos a tempo, o que levava, por variadas vezes, à necessidade de redução da quantidade normal da ração normal aos homens e aos animais, o que levou, em alguns casos, à redução para  $\frac{1}{4}$  da ração normal diária a que se tinha direito (Eça, 1921).

### 5.1.3 Munições

O transporte de todas as munições estava a cargo do encarregado do material de guerra, sob a direção do chefe do serviço de artilharia de *étapes*, providenciando para que nos seus locais de estacionamento no planalto fosse feita a distribuição às unidades do municionamento individual, que seria:

Na Infantaria os praças seriam dotados de 500 munições cada um, 152 das quais munições ser-lhe-iam distribuídas, 153 munições iriam para o Lubango (trem individual) e as restantes 195 munições iriam para o Forte de Roçadas e constituiriam uma reserva. O remanescente de munições constituía uma segunda reserva no Lubango. Todas as munições de cavalaria iam para o Forte de Roçadas. Relativamente à artilharia seriam distribuídas 200 munições por peça para o Forte de Roçadas e 150 munições por peça para o Cuamato (Roçadas, 1919).

Nos deslocamentos da força havia uma coluna de munições que seguia à retaguarda, que era composta por dois escalões, o depósito volante de munições que marchava integrado nos trens de combate e a secção de reabastecimento que seguia mais na retaguarda, no comboio. Os dois escalões carregavam sensivelmente a mesma dotação de munições, em que esta dotação dependia do efetivo que se iria reabastecer (Eça, 1921).

### 5.1.4 Serviço de Saúde

Em 1913 existia apenas um grande Hospital em Luanda e no restante território pequenas unidades. Esta situação obrigou a que cada expedição levasse o seu próprio serviço de saúde. A grande parte das mortes ocorridas nas forças expedicionárias deveu-se a doenças, provocadas quer pela fraca alimentação do combatente quer pela falta da prática de boa higiene (Roçadas, 1921).

1914-1916	Em combate	Por doença	Total
Europeus	101 (13%)	684 (87%)	785
Indígenas	68	0	68
Auxiliares	0	6	6

**Tabela Nº1 – Nº de mortos durante a Campanha de Angola**

Independentemente dos números indicados, que variam de fonte para fonte, conclui-se que ao contrário do que aconteceu na Europa, em África o velho flagelo da doença manteve-se como o principal agente de morte na guerra.

A acompanhar a 1ª Expedição, a Cruz Vermelha Portuguesa montou e manteve em Angola, um Hospital de Sangue, localizado em Lubango.

Mas, quanto aos recursos sanitários, nenhuns ou quase nenhuns havia em Humbe e no Forte Roçadas. Havia inclusive alguma rejeição, por parte de alguns comandantes, em empregar algumas ambulâncias no TO para que estas não se danificassem, justificando estas decisões com o elevado custo que estas tinham custado ao governo (Roçadas, 1919).

Para além do pessoal do serviço de saúde ter que se preocupar com os inúmeros soldados doentes e alguns feridos de combate, estavam também responsáveis por receber e conferir os medicamentos e outro material sanitário chegado da Europa, ao mesmo tempo que tinham de enviar para a frente o que era destinado ao serviço na linha de *étapes* (Eça, 1921).

Tanto os distritos de Luanda como do Humbe não eram preocupantes a nível de saúde dos militares. Em Luanda havia um hospital com boas instalações e o Humbe não era um distrito muito propício a doença (Eça, 1921).

Já em Mossâmedes o estado de saúde do pessoal era preocupante, devido ao número de tropas acumuladas ser maior e ao hospital ter apenas capacidade para 50 doentes, que

por vezes ficava sobrelotado tendo quatro vezes mais do que a sua capacidade. Foi então mandado construir um hospital provisório nas imediações deste hospital. Com esta melhoria e aumento das instalações sanitárias não se iria desfalcar o efetivo, ficando os feridos e os doentes a ser tratados em Mossâmedes sem necessidade de serem evacuados para a retaguarda (Eça, 1921).

### 5.1.5 Serviço de Transportes

A única via-férrea de que se podia servir para os transportes da expedição era a de Mossâmedes à Serra da Chela, toda assente na chamada zona do interior. Esta via ligava Mossâmedes a Vila Arriaga (Km 169)<sup>14</sup>. Conseguia-se garantir o transporte em média de 15 toneladas por dia (Roçadas, 1919).

Havia 8 locomotivas disponíveis nesta linha em que a carga máxima que cada locomotiva deveria rebocar, em média podia elevar-se a 20 toneladas. Porém, em virtude das frequentes reparações de que estas precisavam pelo contínuo serviço a que estão sujeitas e a falta de pessoal habilitado só se podia contar com 4 máquinas funcionais para o serviço exigido. Outro fator influente no transporte de abastecimentos entre Mossâmedes e Vila Arriaga era o tempo de cada viagem e conseqüentemente o número de viagens semanais. Visto que os comboios levavam em média um dia de viagem entre Mossâmedes e Vila Arriaga só se poderiam fazer três viagens semanais, o que totalizava cerca de 250 toneladas de carga por semana (Roçadas, 1919).

Havia também a dificuldade do *stock* de material no porto de Mossâmedes, pois quando chegavam os navios carregados, em média cada um trazia 1200 toneladas, os comboios não conseguiam distribuir todo o material que os navios traziam para o porto, pelo que o material era armazenado, em condições precárias, ao longo do porto (Roçadas, 1919).

Mas, por mais material que as locomotivas pudessem transportar até Vila Arriaga, todos os automóveis, todos os carros *boers* e todos os carregadores que fazem serviço entre Vila Arriaga e Lubango, não conseguiam distribuir toda a carga que o caminho-de-ferro descarregava na estação de Vila Arriaga, pois havia camiões, que só começaram a

---

<sup>14</sup> Ver Anexo E

trabalhar nos finais de dezembro e princípios de janeiro, carregadores, cujo número era então reduzido, e carros *boers*, muito poucos, e o gado era fraquíssimo (Eça, 1921).

Em telegrama de 20 de outubro (19 dias depois da chegada a Mossâmedes) para o chefe de estado-maior da coluna, dizia o mencionado diretor de *étapes* como resultado das suas previsões que os vapores Moçambique, Peninsular e Malange transportavam 1.700ton e que existia no porto de Mossâmedes 1.100ton que seriam enviadas para Vila Arriaga, e que levaria pelo menos cinco semanas para transportar todo o material referido para Vila Arriaga (Eça, 1921).

Só nos inícios de dezembro, passadas sete semanas da expedição ter chegado ao TO, é que os materiais estavam em Vila Arriaga e se haviam transportado todas as forças e solípedes, com exceção do esquadrão de cavalaria, que seguiu por via ordinária, para os seus locais de estacionamento no planalto.

O tipo de transporte de carga por meio de carros automóveis-camiões era uma inovação para o sul da província de Angola, mas foi necessário dispor de mais este meio de transporte, pois os carros *boers* e os comboios não conseguiam transportar todo o material e resultante disso, não eram satisfeitas as requisições das forças estacionadas no planalto.

Ainda em Lisboa, o TCor Alves Roçadas, requisitou cinco camiões FIAT. A única questão que se levantava a este novo meio de transporte em Angola eram os péssimos caminhos arenosos ou excessivamente argilosos que já eram conhecidos de outras operações em anos anteriores (Roçadas, 1919).

Entretanto com a chegada da expedição, o TCor Alves Roçadas sentiu a necessidade de verificar o estado das estradas no sul de Angola, o qual ficou positivamente surpreendido, pois o governador Norton de Matos preocupou-se em melhorar os caminhos de maneira a que as viaturas pudessem circular sem grandes problemas. Houve também o cuidado de abrir novas estradas para camiões ao longo de todo o distrito de Mossâmedes<sup>15</sup> (Eça, 1921).

As viaturas FIAT requisitadas em Lisboa chegaram ao Lubango no início do mês de dezembro, estas viaturas eram em segunda mão e, por isso, o seu rendimento, devido a avarias constantes, deixava muito a desejar, pelo que se podia contar sempre com metade destes na oficina em reparação. A chegada das viaturas não trouxe grande utilidade no

---

<sup>15</sup>Estradas que ligavam a Quilemba e o Lubango à Chibia foram abertas as estradas da Chibia para a Quihita e da Ediva ao Humbe. Estava também no fim a grande estrada que ligaria o Lubango ao Huambo. Faltavam ainda os troços dos Gambos à Quihita e dos Gambos ao Tchipepe.

período crítico, a 18 de dezembro, data do combate de Naulila, pela simples razão de que o seu serviço não estava ainda montado por não ter havido tempo nem material para os receber e os pôr a funcionar. O meio de transporte durante aquele período, e mesmo até alguns meses depois, foi o clássico carro *boer* (Roçadas, 1919).

Com o embarque das tropas nos comboios houve problemas com o transporte de materiais, nomeadamente víveres e munições, atrasando a chegada das forças ao planalto. Com a chegada das forças ao planalto, verificou-se que havia a falta de carros *boers* para que a linha de *étapes* funcionasse em pleno. Ao chegar ao planalto um dos problemas que encontrámos foi a falta de carros *boers* para os transportes. Através da requisição militar as autoridades locais conseguiram alguns mas não foram suficientes.

Outro problema apareceu quando o gado começou a adoecer e a ficar fraco para conseguir puxar os carros devidos às grandes secas e à falta de capim. Como os civis não cederam os meios de transporte necessários, foram reunidos os proprietários dos carros e do gado e apelou-se à sua amizade e patriotismo para que estes cedessem mais carros para a situação actual (Roçadas, 1919). Estes problemas foram-se mantendo até ao regresso para a metrópole.

Pelo Gen Pereira de Eça, ainda em Lisboa, foram requisitados 80 camiões e 750 carros alentejanos. O grande problema foi então o atraso que se verificou nos abastecimentos e dos meios de transportes já requisitados à metrópole. Estes atrasos também condicionavam as operações, tal como se verificou o atraso dos camiões e dos carros alentejanos ainda requisitados em Lisboa, que chegaram com dois meses de atraso. Mesmo quando chegaram os camiões, estes vinham sem qualquer tipo de sobressalente, por exemplo nem o pneu de reserva as viaturas traziam. Com esta falta de sobresselentes era necessário recorrer às oficinas civis, o que levava muito tempo, pois o deslocamento de Mossâmedes (que recebia as requisições de todos os destacamentos) até Luanda e Cape Town que estavam dependentes dos vapores (navios) que diariamente davam problemas (Eça, 1921).

O caminho-de-ferro de Mossâmedes estava em muito mau estado tal como as locomotivas. Devido ao mau estado das locomotivas e do caminho-de-ferro que quase todos os dias davam problemas e que comprometiam os transportes dos materiais destinados ao abastecimento das forças que se encontravam em operações, não se podia levar todo o material que as forças necessitavam e sempre com atraso.

Com o passar do tempo e pela sua utilização, a linha férrea que ligava Mossâmedes

a Vila Arriaga (Km 169) estava num estado bastante desgastado. No máximo de rendimento que se conseguia era até 30 toneladas por dia, que eram insuficientes para o abastecimento das tropas estacionadas no planalto, pelo que também não era possível criar depósitos ao longo da linha de *étapes*, que eram indispensáveis (Eça, 1921).

Foram então adquiridas 3 novas locomotivas, na África do Sul, e linha foi aumentada até ao Km 184, apesar de que só no fim da expedição é que foram concluídas as obras. Mas antes do aumento da linha, foi construída uma estrada desde o *términus* da linha férrea até ao alto da Serra de Chela, estrada que possibilitava a passagem de automóveis e que posteriormente, com pequenas alterações, deu continuação à linha férrea. Esta estrada prestou grande auxílio no abastecimento das forças que se encontravam no interior do distrito de Huíla e, no final das operações, na retirada destas forças para a retaguarda (Eça, 1921).

Era muito difícil (quase impossível) fazer o transporte com os carros *boers*, porque devido à falta de água, entre Mossâmedes e o planalto, os bois das espanas morriam à sede, impossibilitando assim os abastecimentos (Roçadas, 1919).

Perante este problema do caminho-de-ferro de Mossâmedes, o responsável pela direção de *étapes* de Angola, apresentou uma solução que, embora talvez fosse resolver muitos dos problemas de transporte de abastecimentos, não foi aprovada<sup>16</sup>. Esta solução seria passar o porto de desembarque de Mossâmedes para o Lobito (onde passava a linha férrea de Benguela<sup>17</sup>), que seria mais vantajoso, pois os vagões desta linha férrea conseguiam carregar mais material do que as do caminho-de-ferro de Mossâmedes. A linha férrea de Mossâmedes seria então aproveitada para a remessa dos abastecimentos diários das forças que estavam no planalto, para o transporte das forças que ainda se encontravam em Mossâmedes e para a evacuação de pessoal e de material para a retaguarda, reservando a linha de Benguela para o abastecimento dos postos de *étapes*, pois o distrito de Benguela também estava dotado de boas estradas que facilmente se aproveitariam para o sul, onde decorriam as operações.

Após a rendição dos alemães o Gen Pereira de Eça traçou um novo objetivo, que seria ocupar os postos além Cunene e convencer os nativos a não combater a nossa presença. Para que este objetivo fosse alcançado, o Gen Pereira de Eça teve que dividir a

---

<sup>16</sup>A não aprovação foi justificada pela requisição dos camiões e dos carros alentejanos feita em Lisboa e também por causa do pedido feito em relação às novas locomotivas para o caminho-de-ferro de Mossâmedes

<sup>17</sup> Ver Anexo F

expedição em várias forças para que cada uma delas ocupasse o respetivo posto. Ao dividir as forças teve também que repartir os transportes de abastecimentos, que derivado do reduzido número, foi um problema. Os carros tiveram que levar mais carga que o normal (passaram a levar 750Kg em vez dos tradicionais 500Kg), foi retirada uma parelha (apenas ficaram dois solípedes por carro) e menos carregadores por carro. Ou seja, com a falta de pessoal, de víveres e de forragens esta foi a melhor solução, pois se os carros fossem menos carregados teriam que ser usados mais carros, mais carregadores e mais animais, que por sua vez levaria a mais gasto de forragens e de víveres (Eça, 1921).

Houve, portanto o esforço de melhorar o serviço de transporte em Angola, para que os militares empenhados nas operações não passassem por dificuldades causadas pelo atraso ou pelo mau estado dos transportes/viaturas. O Gen Pereira de Eça sempre teve esta preocupação enquanto comandante e governador de Angola. O Gen quando deixou Angola conseguiu que, pelo menos, as redes estradais e os caminhos-de-ferro ficassem em melhores condições do que aquelas que encontrou quando lá chegou, por vezes não era a sua falta de vontade de melhorar este serviço, mas os atrasos nos abastecimentos vindos da metrópole e a falta de pessoal nunca lhe facilitou a tarefa (Eça, 1921).

### **5.1.6 Depósitos**

O porto de Mossâmedes tal como o caminho-de-ferro estavam numa situação precária, pelo que foram tomadas algumas medidas para melhorar esta situação. No porto de Mossâmedes havia falta de recursos em elementos de desembarque e em abrigos para o material (víveres e material de guerra), pelo que este material depressa se deteriorava e decompunha. Foi então mandado construir um grande barracão, que já estava iniciado, bem como requisitadas lonas para tapar o material. Este barracão nunca foi finalizado em tempo, uma vez que o material requisitado para a sua finalização chegou com muito tempo de atraso. Uma vez que as tropas que tinham desembarcado em Mossâmedes não obteve alojamentos para todos, os homens foram alojados nos armazéns que havia na cidade e em seu redor, pelo que os armazéns não poderiam albergar o material.

Havia um grande problema em organizar e em conferir o material que saía e que entrava nos depósitos, em que nada era registado, o que dava origem a problemas como haver café e não haver açúcar num determinado depósito e noutra haver falta de café e

excesso de açúcar. Não havia a menor proporção entre os componentes das rações normais, faltando alguns géneros por completo, e havendo outros em enormes quantidades. Porém, no dia 24 de junho, foi possível fazer um mapa das quantidades de alguns dos víveres que cada depósito continha <sup>18</sup>, contudo ainda não tinha sido feita a verificação de quais os que estavam capazes para consumo (Roçadas, 1919).

E por muitos que fossem os esforços que os oficiais de Portugal, responsáveis pelos serviços de *étapes*, fizessem para mudar esta situação, foram todos inúteis, pois a situação não alterava devido à falta de pessoal e também procedente ao pessoal que desempenhava as diferentes funções dos depósitos já estarem rotinados e não quererem mudar o seu modo de trabalho. Houve ainda a preocupação de colmatar o problema da falta de pessoal, pelo que as praças que estiveram anteriormente empenhados nas operações e tinham vindo para a retaguarda devido às suas debilidades físicas e morais foram enviados para trabalharem nos depósitos, mas devido às suas debilidades o seu serviço foi sempre muito diminuto (Eça, 1921).

## 5.2. Moçambique

### 5.2.1 Fardamento e Equipamento

Os artigos eram distribuídos em geral por cada um dos militares e compreendiam: barretes de lã, camisas e ceroulas de lã ou de algodão felpudo, meias de lã, casacos impermeáveis, capotes de inverno, luvas de malha, mantas de lã, marmitas e copos de folha, entre outros componentes. Havia ainda as reservas de fardamento que eram constituídas pela percentagem dos efetivos a vestir e a calçar do destacamento do respetivo distrito em que se encontrava a reserva (Junior, 1917). Devido à falta deste material, nomeadamente fardamento, em 1910 foram extintas as companhias de indígenas. Estas companhias, se houvesse material, que poderiam ter sido instruídas e treinadas pelos militares portugueses, tal como acontecia nas colónias alemãs, para defender o território moçambicano (Arrifes, 2004).

---

<sup>18</sup> Ver Anexo G

### 5.2.2 Reabastecimento

Os problemas no reabastecimento começaram desde cedo, quando este serviço não foi pensado para um conflito de longa duração (Pires, 1924)

O cenário que os militares portugueses encontraram em Moçambique foi um cenário mais hostil que o TO de Angola, pelo que os sucessivos ataques aos postos e as conquistas e reconquistas dos alemães desses postos, por vezes causavam alguns problemas de reabastecimento, como foi o caso da reconquista do posto de Água da Ribeira de Nevala, que era o único local de reabastecimento de água ao posto de Nevala (Oliveira, 1994). Também no posto da Serra Macula verificamos esta situação. Este posto garantia o reabastecimento para os postos fronteiriços portugueses no médio Rovuma, em que a guarnição que o defendia foi obrigada a retirar após sucessivos ataques das forças alemãs (Costa, 1936).

Os pedidos de reabastecimento de víveres eram feitos diretamente aos depósitos base, que satisfaziam as requisições prontamente, quando possível, dependendo se os materiais requisitados se encontravam em *stock* e se havia a possibilidade de fornecer os materiais às forças. Desta segunda variável estavam dependentes os meios de transporte e/ou dos animais. (AHM – 2/7/14/4).

Por vezes o problema da alimentação não passava pelo atraso do reabastecimento ou pela insuficiência de víveres mas pela má conservação dos alimentos que a metrópole disponibilizava. Esta má conservação talvez fosse devido às condições climáticas, em que fazia muito calor e havia falta de água ou chovia muito (Gonzaga, 2011).

Em relação aos combustíveis e lubrificantes, estes eram requisitados diretamente às empresas gasolineiras que eram autorizadas a reabastecer consoante as requisições. Isto trazia outro problema de controlo do que realmente era pedido e entregue. Havia empresas a lucrar mais do que o normal com estas requisições, em que eram pedidos por exemplo 500 litros de combustível e eram registados como entregues 1000 litros, os quais o governo português teria que pagar (AHM – 2/7/14/4).

### 5.2.3 Munições

O reabastecimento era sempre assegurado da retaguarda para a frente, e os escalões da retaguarda procuravam manter-se sempre ligados os escalões da frente, de forma que os elementos avançados não tivessem de preocupar-se com o que se passava na retaguarda.

A prontidão do remuniciamento no campo de batalha sobrelevava a outras quaisquer considerações de prioridade na ordem de execução desse serviço (Alves, 1917).

As viaturas vazias das secções de munições ou do parque do Corpo de Exército eram reenviadas para a retaguarda até ficarem em contacto com as frações avançadas do grande parque de artilharia do exército, que as reabastecia.

O infante português transportava consigo 150 cartuchos, em que 30 iam na mochileta. O trem de combate de cada unidade tinha a seu cargo o primeiro remuniciamento, em que cada viatura transportava entre 14000 e 15000.

As metralhadoras empregavam munições do mesmo calibre que a Infantaria, as munições iam agrupadas em números de 250, transportadas em cintos ou em cartucheiras de folha de lata/latão (Santos, 1916).

Na artilharia o aprovisionamento de munições era diferente, dependendo as munições distribuídas do modelo da peça e do seu calibre. A dotação de munições da artilharia não devia ser, como as circunstâncias a isso obrigaram, assim tão exígua (só 15 granadas explosivas por boca de fogo) e tanto mais que havia já conhecimento de que estava reduzida a 50 granadas a dotação da bateria que se encontrava em Moçambique desde 1915. A dotação de granadas com munições das unidades era de 400 por boca-de-fogo (Alves, 1917).

### 5.2.4 Serviço de Saúde

A primeira expedição, em 1914, levou 5 dos 6 médicos previstos, o que à data foi considerado pelo comandante da expedição como insuficiente.

Em 1916, face ao elevado número de baixas por motivo de doença nas expedições anteriores, a terceira expedição já apresentava um médico por unidade militar e um acréscimo de 8 médicos e 150 praças, entre enfermeiros e auxiliares, destinados ao

Hospital na base de operações. Com esta expedição também viera um hospital de campanha<sup>19</sup>. Por esta data, a Cruz Vermelha Portuguesa já tinha instalado um Hospital em Porto Amélia e outro em Mocimboa (Costa, 1936).

Na quarta expedição continuou-se a atribuir um médico por unidade militar, aumentando o número destinado ao Hospital na base de operações, de 8 para 11 médicos, restringindo o pessoal de enfermagem e auxiliar de 150 para 99 praças.

Após a subordinação das tropas expedicionárias portuguesas ao comando inglês, e mais propriamente depois de ser inspecionado as condições de higiene e alimentação nas enfermarias, é que surgiram melhorias. Em termos gerais, durante as campanhas africanas a organização do sistema de saúde pautava-se pela falta de rigor, de organização, conhecimento sobre higiene e medicina tropical e sobretudo pela falta de meios técnicos e humanos (Marques, 2012).

A falta de rigor também se verificava logo à partida em Lisboa, quando apenas enviavam um conjunto escasso de medicamentos, desadequados para o tratamento de doenças tropicais e vacinas fora de prazo (Rita, 2013).

Como exemplo, a utilização da base de operações em Palma, devido ao clima, insalubridade da água, falta de higiene e condições sanitárias e insuficiência nos cuidados médicos preventivos, levou a que passados 3 meses e sem entrar em combate, os homens da segunda expedição se encontrassem na sua grande maioria incapacitados para combate. Por esta causa, a grande parte das mortes ocorridas nas forças expedicionárias deveu-se a doenças (Marques, 2012).

Aos males próprios do clima juntaram-se os males da organização improvisada e ainda os males dos homens que criminosamente puseram acima dos seus deveres humanitários e de probidade os seus interesses gananciosos de homens de negócio (Marques, 2012).

1914-1918	Em combate	Por doença	Total
Europeus	58 (3%)	2005 (97%)	2063
Indígenas	68 (25%)	209 (75%)	277
Auxiliares	1(5%)	19(95%)	20

**Tabela Nº2 – Nº de mortos durante a Campanha de Moçambique**

<sup>19</sup> Ver Anexo H

Independentemente dos números indicados no quadro, os quais variam de fonte para fonte, uma das conclusões é que ao contrário do que aconteceu na Europa, em África o velho flagelo da doença ainda não estava afastado, mantendo-se como o principal agente de morte na guerra. A segunda conclusão é que independentemente do arcaísmo estratégico militar do novo exército republicano, que o faz falhar a vitória em todas as situações de maior, à incapacidade dos serviços logísticos e administrativos, pode-se acrescentar a incapacidade dos serviços de saúde.

A higiene do soldado português era quase inexistente e, pelo que se demonstrou, um problema para os comandantes. Evidentemente a má higiene levava a problemas de saúde e muitos dos homens que combatiam na Campanha De Moçambique não tinham quaisquer hábitos de higiene (Marques, 2012).

Deveria ter existido uma imposição de medidas higiénicas, cuja adoção deveria impor-se por rotina, até que no subconsciente de cada um funcionasse como um vício. Houve, no entanto, palestras e folhetos de propaganda, os quais não bastavam só por si. Deveria de haver também punições por falta de higiene, visto que a higiene sistemática nos exércitos em campanha é nada menos do que organizar a vitória, e o desastre sanitário de uma força expedicionária conduz irremediavelmente ao desastre militar. Os médicos que acompanharam a expedição de 1916, não tinham, de modo geral, conhecimentos suficientes sobre a higiene tropical (Pires, 1924).

### **5.2.5 Serviço de Transportes**

Pouco tempo antes do embarque das tropas em Lisboa é que foram adquiridos os animais que iriam ser destinados ao serviço de transportes, para puxarem os carros *boers* e os carros alentejanos. Muitos destes animais nunca antes tinham sentido o arreo no seu dorso, ao contrário do que aconteceu com as expedições de Angola que adquiriu muitos dos animais na região. A campanha de Moçambique ressaltou-se por levar não só as tropas mal instruídas e indisciplinadas, como também a preparação dos materiais e dos meios de transporte, que iriam assegurar o abastecimento das tropas, foi quase inexistente (Marques, 2012).

A situação do material levado da metrópole para Moçambique também não foi distinta, pois muito material só chegou depois das tropas desembarcarem na colónia e, do

material que chegou com as forças, ou mesmo antes, muito deste não se poderia utilizar pois alguns dos acessórios que eram precisos para que o material funcionasse ainda não tinha vindo da metrópole, como era o caso da artilharia que tinha falta dos carros de munições, que sem estes era quase impossível recarregar as armas, visto que as munições não poderiam ser transportadas (Marques, 2012).

Com a chegada da 2ª Expedição a situação manteve-se, pois grande parte do material e solípedes foram recebidos da expedição anterior, que no caso do material já se encontrava com alguma debilidade, tal como os solípedes que para além de estarem fracos alguns encontravam-se num estado de saúde muito crítico.

Houve grandes problemas com a falta de pessoal e de material, para que o serviço de transportes resultasse de maneira a garantir todos os pedidos de abastecimentos, mas houve também o desleixo, por parte dos comandantes das forças, para conseguir solucionar este problema. Talvez, como aconteceu em Angola, não fosse possível receber mais material da metrópole, mas se houvesse algum esforço poder-se-ia ter arranjado outras soluções que melhorassem o serviço de transportes (Martins, 1935).

Quanto aos comboios e às linhas férreas foram muito pouco utilizadas devido ao desgaste e à degradação que apresentavam. Também não houve a preocupação de consertar o caminho-de-ferro para que fosse utilizado no transporte de forças para o norte de Moçambique ou para o reabastecimento destas forças. (Gonzaga, 2011)

O apoio dos serviços de transporte era feito à chefia do próprio serviço e esta satisfazia os pedidos consoante os meios que tivesse à sua disponibilidade, quer fossem marítimos ou terrestres (de tração animal ou a motor) (AHM – 2/7/14/4).

## Capítulo 6

### Conclusões e Recomendações

O presente trabalho tem como objetivo estudar o apoio logístico nas Campanhas de África, tanto em Angola como em Moçambique. Face a este propósito depois de expormos os antecedentes e o início da 1ª GM, os motivos que levaram com que Portugal entrasse na Grande Guerra, de caracterizarmos os TO de Angola e de Moçambique e de analisarmos como foi processado o apoio logístico e as suas funções nas duas colónias durante a 1ª GM, estamos numa fase em que estamos aptos a dar resposta às questões derivadas, e conseqüentemente à nossa questão central: *“Como foi processado o apoio logístico às forças militares portuguesas em Angola e Moçambique durante a 1ª Guerra Mundial?”*.

Assim respondendo à primeira QD que é :*“Quais as diferenças e semelhanças existentes entre o Teatro de Operações de Angola e de Moçambique no âmbito da logística de campanha?”*. Concluimos que os problemas nas funções logísticas em Angola e em Moçambique diferiam entre si, mas estas diferenças dependiam da função logística. Reparámos que em relação ao serviço de transporte em Angola houve a preocupação, da parte do Gen Pereira de Eça, Comandante da 2ª Expedição, em resolver alguns dos problemas deste serviço, algumas estradas foram reparadas para que fosse possível a circulação de camiões, como foi o caso da estrada desde o *términus* da linha férrea de Mossâmedes até Vila Arriaga, e foram também requisitados novos meios de transporte, camiões, carros alentejanos, carros *boers* e até locomotivas. Com a melhoria das redes estradais, dos caminhos-de-ferro e com as novas viaturas foi possível colmatar algumas das falhas no apoio logístico às forças em combate. Não foi possível de todo, fazer com que as linhas de *étapes* fossem perfeitas, mas foi possível que no fim da campanha em Angola estivessem organizadas já algumas linhas de *étapes* que conseguiam reabastecer os militares nos diferentes postos. Em relação ao serviço de transportes de Moçambique observamos que houve alguns problemas, não só devido às más condições do caminho-de-ferro e das redes estradais, mas também derivado dos animais utilizados nos carros *boers* e nos carros alentejanos nunca antes terem sentido o arreio e terem trabalhado. No caso de

Moçambique não houve a preocupação, prévia, no que respeita aos materiais para realizar um apoio logístico eficiente.

Quanto ao apoio sanitário podemos ver algumas semelhanças entre as duas campanhas, não podemos deixar de referir que a grande parte dos mortos não foram causados em combate, mas sim foram baixas devido a doenças e à má higiene realizada pelos soldados. O apoio sanitário é a função logística com mais importância num campo de batalha, não desconsiderando as outras funções que também são importantes, mas o apoio sanitário quando realizado convenientemente é uma mais-valia não só para a saúde dos soldados como também para o seu moral e bem-estar. Depois de analisarmos esta função logística nos dois TO não podemos deixar de reparar que os grandes problemas em ambas as colónias foram a falta de pessoal, a falta de meios e a falta de conhecimento especializado.

Na função logística – reabastecimento, houve, nos dois TO, grandes lacunas a nível de material e de falta de pessoal. Grande parte das vezes o reabastecimento não era concretizado prontamente devido aos problemas do serviço de transportes. Mas também houve casos, e não foram assim tão poucos, em que o reabastecimento não era possível devido à falta de materiais, maioritariamente quando se tratava do reabastecimento de víveres e de água. Também houve casos em que havia o material, mas que estava em tais condições de degradação que a sua distribuição não era de todo aconselhável.

No que alude à segunda QD, “*A influência do apoio logístico foi determinante no desenrolar das operações militares que decorreram no Teatro de Operações angolano?*”, concluímos que o êxito de qualquer operação militar deve estar assente num sólido apoio logístico. Já analisamos que o apoio logístico prestado às forças portuguesas em campanha no sul de Angola não foi deveras o mais indicado para o sucesso das operações militares. Vimos que o TO de Angola não foi o mais complicado nem o que teve mais encontros com o inimigo, mas notamos que os confrontos que houve com o inimigo, foram violentos e que o inimigo estava muito bem treinado e armado pelos alemães. Grande parte dos confrontos que os soldados portugueses tiveram com os alemães e com os indígenas, que combatiam ao lado dos alemães, não foram fáceis e só foram superados ou pelo cansaço ou quando, passados alguns dias em combate, chegava a força de reforço. Na campanha de Angola não podemos afirmar que o facto de o apoio logístico ser mais capaz de atender aos pedidos efetuados pelas forças em campanha fosse alterar o progresso das operações militares. Pois como examinamos o apoio logístico em Angola este teve alguns problemas

derivados da falta de pessoal, da falta de material, ao atraso dos materiais enviados da metrópole para a colónia e à falta de armazéns onde se pudesse guardar o material para que este não se degradasse e fosse possível a sua distribuição aos militares em combate, problemas estes que foram colmatados com o passar do tempo e com a mudança do comando das expedições. Como já foi referido, no final da campanha, muitas das redes estradais foram reparadas e outras que foram totalmente abertas de novo, tal como o caminho-de-ferro de Mossâmedes para Vila Arriaga, que para além de ser reparado, foi também aumentado até ao Km184. Podemos afirmar então que, no final da campanha já era possível montar uma linha de *étapes* que conseguisse corresponder a todos os pedidos das forças distribuídas e acampadas nos diferentes postos.

Em relação à terceira QD, “*No Teatro de Operações moçambicano o apoio logístico em campanha influenciou o resultado das diferentes operações militares?*”, no caso da campanha em Moçambique o apoio logístico influenciou o decorrer das operações militares. Na resposta à QD1 verificamos que as duas campanhas tiveram algumas semelhanças em relação ao apoio logístico prestado em cada um dos TO, mas a campanha de Moçambique foi mais complicada ao nível de operações militares, pois sendo o objetivo final das expedições a reconquista de Quionga, nitidamente que o confronto entre as tropas portuguesas e as tropas alemãs era inevitável de acontecer. Talvez por Moçambique ter um ambiente mais hostil o apoio logístico tivesse que ser mais eficaz que em Angola.

Como analisamos nas várias tentativas de travessia do rio Rovuma a força portuguesa teve sempre que retirar e nunca conseguiu conquistar uma base firme na margem norte do rio para prosseguir com as operações. O fracasso das várias tentativas de passar para a margem norte do rio Rovuma, não se deveu diretamente ao complicado apoio logístico, influenciou o insucesso na consecução do objetivo, mas não foi preponderante. Os atrasos consecutivos no reabastecimento levaram à falta de víveres, de água e de munições, o que levou com que muitos dos soldados que guarneciam a margem sul do rio ficassem doentes, devido à má alimentação e à falta de hábitos de higiene, o que levou a que esta guarnição ficasse desfalcada, à medida que os doentes eram levados para a retaguarda para receber os devidos cuidados. A falta de munições conjugada com a falta de pessoal levou a que tivéssemos que abandonar as trincheiras da margem sul do Rovuma quando as forças lideradas pelos alemães atacaram.

Mas não nos podemos esquecer de que os militares enviados para Moçambique

estavam mal instruídos, alguns nunca tinham dado um único tiro durante a sua recruta, e que havia graves problemas disciplinares. Homens mal instruídos, a passar por grandes dificuldades, sem que alguém conseguisse valorizar os seus feitos, e que no pensamento deles só lhes ocorria que para ali tinham sido mandados e esquecidos, pois sendo o reabastecimento às forças moroso e escasso em matérias, poderia levar a que os soldados pensassem que este acontecimento fosse propositado e não ocasional, ou seja, que fosse um castigo à sua falta de disciplina e insubordinação para com os seus superiores. Depois de analisados todos estes problemas pensamos que os sucessivos fracassos no cumprimento dos objetivos superiormente definidos foram influenciados pela má instrução, pelo pouco treino, pela insubordinação e pela indisciplina dos militares enviados nas várias expedições de Moçambique. Ou seja, os objetivos não foram atingidos, porque muitos dos militares quando em combate, perante o inimigo não tinham a coragem e a determinação de o enfrentar, abandonavam os seus postos e fugia, como se de portugueses não se tratassem, ou como tal não fossem tratados.

Concluímos assim que o insucesso das operações militares no norte de Moçambique foram influenciadas pelo apoio logístico mas que os militares que compunham as expedições e as frentes de combate foram a principal condição para o insucesso das operações militares.

Com as QD's respondidas conseguimos agora responder de forma clara à questão central *“Como foi processado o apoio logístico às forças militares portuguesas em Angola e Moçambique durante a 1ª Guerra Mundial?”*.

O apoio logístico tanto em Angola como em Moçambique esteve longe de conseguir satisfazer todos os pedidos feitos pelas forças na vanguarda das operações militares, mas conseguiram, com o passar do tempo, colmatar algumas das lacunas iniciais, com as requisições feitas à metrópole de novas viaturas, com o melhoramento das redes estradais, com as requisições de carros *boers* e de carros alentejanos, não só à metrópole, mas também aos habitantes locais. Toda esta preparação feita ao longo das campanhas, deveriam ter sido feitas atempadamente para que no decorrer da 1ª GM as Campanhas de África pudessem ter corrido da melhor maneira, ao contrário do que realmente aconteceu. Analisámos que nas campanhas de Moçambique o apoio logístico influenciou o decorrer das operações militares. Se houvesse a preocupação de com as várias reorganizações do Exército, organizar uma força permanente com um efetivo capaz de manter a posse do território e de garantir a defesa das várias colónias portuguesas, para que quando

necessário, como aconteceu na 1ª GM, esta força pudesse intervir e fazer face aos ataques por parte das forças alemãs. Essa organização não foi efetuada por falta de meios e de materiais.

Talvez porque Portugal, inicialmente não tinha a intenção de interferir na Grande Guerra, não tivesse havido o cuidado de preparar o apoio logístico e os materiais antecipadamente para conseguir o sustento das forças envolvidas nas operações militares.

O apoio logístico, podemos dizer que desde a sua organização até à sua conceção não estava bem definido, pois havia os inspetores de fazenda que continuaram com a administração dos serviços administrativos coloniais. Alguns dos problemas administrativos eram resolvidos por pessoal externo ao Exército e que não era especializado no serviço que estava a fazer. Por outro lado, também havia a constante mudança do pessoal nos diferentes cargos, isto fazia com que os oficiais não se empenhassem tanto num serviço que passados alguns dias já não seria da sua responsabilidade, porque iria desempenhar outras funções/cargos. Para corrigir estas falhas no sistema, saíram vários decretos, uns a seguir aos outros e sempre a revogar os anteriores, mas nenhum conseguiu criar um sistema perfeito, sendo que o último decreto tinha tudo para que os serviços administrativos funcionassem em pleno, mas devido à insuficiência de pessoal especializado e com os conhecimentos técnicos necessários, os serviços administrativos nunca foram um sistema perfeito.

O apoio logístico das colónias estava diretamente dependente do material enviado pela metrópole, que por vezes chegava ao seu destino em condições de degradação já muito avançadas e, quando estes materiais chegavam em bom estado, não havia a preocupação de armazenar estes materiais debaixo de telha, ficando amontoado ao longo dos portos de desembarque ao dispor do clima.

Não havia portanto só as questões da falta de material e da falta de pessoal para que se conseguisse organizar as linhas de *étapes*, havia também o facto da desorganização em que se encontrava todo o serviço administrativo.

Por último é de referir “*Passaram-se, pois as cousas como se deviam passar...*” (Eça, 1921, p. 46).

### **6.1. Limitações da Investigação**

Uma das maiores limitações prende-se com o facto do tempo, em que condicionou na procura de bibliografia, sendo que a questão não se coloca não falta de bibliografia, mas em ter tempo de ler e analisar toda a bibliografia já existente sobre a 1ª GM, também houve a dificuldade de analisar os manuscritos que se encontravam no AHM, que seguramente tinham algo de novo a acrescentar a esta investigação. Devido à limitação de tempo não foi possível analisar esses documentos.

Relativamente à norma que é utilizada pela Academia Militar, NEP 520/DE que se destina a trabalhos no âmbito das ciências sociais e humanas e não da história, na qual esta investigação se insere, e por isso durante este trabalho por vezes existem parâmetros que não se encaixam nesta norma.

### **6.2. Desafios para Futuras Investigações**

Para futuras investigações é proposto uma investigação sobre as campanhas militares em Angola e em Moçambique durante a Grande Guerra, mas individualmente, para que se consiga estudar a fundo cada uma das campanhas e como foi processado o apoio logístico em cada uma das colónias.

## Bibliografia

### Fontes Primárias:

#### Arquivo Histórico Militar - Lisboa

AHM. 2ªDiv. 2ªSec. Cx5. Doc4. Informações sobre as possibilidades militares dos alemães na Damaralândia.

AHM. 2ªDiv 7ªSec. Cx14. Doc4. Estudo sobre o apoio logístico na RM moçambique.

AHM. 2ªDiv. 2ªSec. Cx41. Doc11. Operações militares realizadas no sul de angola, no ano de 1914 e considerações de carácter histórico, militar e político.

AHM. 2ªDiv. 7ªSec. Cx3 Doc3. Correspondência aos serviços de Saúde. De 14-05-1916 a 03-06-1916.

### Livros:

Afonso, Aniceto. (2008). *Grande Guerra: Angola Moçambique e Flandes*. Quidnovi. Lisboa.

Arrifes, Marco Fortunato. (2004). *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa*. Cosmos. Lisboa.

Costa, General Gomes da. (1920). *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra, A batalha de La Lys*. Porto. Editores Renascença Portuguesa.

Costa, General Gomes da. (1936). *A Guerra nas Colónias (1914-1918)*. Lisboa. Portugal Brasil.

Doutrina, Comando, Instrução e. (2007). *PDE 4-00 Logística*. Estado-Maior do Exército. Lisboa.

Eça, Pereira de. (1921). *Relatório da Campanha do Sul de Angola*. Lisboa. Imprensa Nacional.

- Fraga, L. M. (1990). *Portugal e a Primeira Grande Guerra*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa.
- Gonzaga, Amós Hilário Nhancale. (2011). *As Campanhas Militares Portuguesas em Moçambique Durante a 1ª Guerra Mundial: O Objetivo de Recuperar Quionga e a Passagem para a Margem Norte do Rovuma*. Trabalho de Investigação Aplicado. Academia Militar. Lisboa.
- Herdade, N. G. R. (2001). *Armamento do Exército Português: Primeira metade do século XX, Breve Síntese Ilustrada*. Lisboa. Estado-Maior do Exército (Direcção de Documentação e História Militar).
- Marques, Ricardo. (2012). *Os Fantasma de Rovuma*. Oficina do Livro. Lisboa.
- Martins, Coronel E. A. Azambuja. (1935). *Expedição a Moçambique*. Lisboa. Tipografia Minerva.
- Martins, General Ferreira. (1938). *Portugal na Grande Guerra, Vol. I e II*. Lisboa. Editorial Ática.
- Mendes, J. (1987). *História Como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*. Coimbra. Coimbra Editora.
- Oliveira, General Ramirez de. (1994). *História do Exército Português (1910 – 1945), Vol. III*. Lisboa. Estado-Maior do Exército.
- Pires, A. J. (1924). *A Grande Guerra em Moçambique*. Porto. Companhia Portuguesa Editora, L.da..
- Portugal, A. (1981). *Enciclopédia pela Imagem: Os Portugueses na Grande Guerra*. Porto. Lello & Irmão.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (2ª ed.)*. Lisboa. Gradiva.
- Rita, Fernando. (2013) *Na Sombra do Expedicionário: A Vida em Combate de Soldados Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Porto. Fronteira do Caos Editores Lda..
- Roçadas, Alves. (1919). *Relatório de Operações no Sul de Angola*. Lisboa. Imprensa Nacional.
- Santos, Capitão Correia dos. (1916). *Lições da Grande Guerra*. Lisboa. Tipografia da Cooperativa Militar.
- Sarmiento, Manuela. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica, para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Douturamento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Social Aplicada*. Lisboa. Universidade Lusíada.

Soares, António Maria de Freitas. (1936). *As Operações Militares no Sul de Angola em 1914 e 1915*. Lisboa. Edição do Autor.

Teixeira, N. S. (1998). *Portugal e a guerra: história de intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais século XIX e XX*. Lisboa. Edições Calibri.

Torres, Ferreira. (1968). *História Universal Vol. 3*, Porto. Edições ASA.

### **Artigos e Publicações:**

Alves, Tenente Costa. (abril, 1917). *Administração Militar nas Colónias*. Boletim de Administração Militar, Ano II.

Junior, Capitão J. R. Costa. (março, 1917). *Fardamento em Campanha*. Boletim de Administração Militar, Ano II.

Santos, Alves dos. (julho, 2014). *A Logística na Grande Guerra*. Boletim Nº1, Escola Prática dos Serviços.

Silva, C. P. (2004). *Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Revista Militar,

### **Sites Consultados:**

[http://www.germanystamps.iblogger.org/Colonies/Port/Historia\\_OAfrica.html](http://www.germanystamps.iblogger.org/Colonies/Port/Historia_OAfrica.html), visto em 040900fev14.

[http://en.wikipedia.org/wiki/German\\_campaign\\_in\\_Angola](http://en.wikipedia.org/wiki/German_campaign_in_Angola), visto em 041000fev14

[http://www.momentosdehistoria.com/MH\\_05\\_01\\_Exercito.htm](http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_01_Exercito.htm), visto em 041700fev14.

[http://www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgm\\_ang04.html](http://www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgm_ang04.html), visto em 050900fev14.

[http://www.momentosdehistoria.com/MH\\_05\\_02\\_Exercito.htm](http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_02_Exercito.htm), visto em 051600fev14.

[http://www.triplov.com/miguel\\_garcia/mozamb/mozamb\\_02.htm](http://www.triplov.com/miguel_garcia/mozamb/mozamb_02.htm), visto em 061100fev14.

[http://www.triplov.com/miguel\\_garcia/mozamb/mozamb\\_03.htm](http://www.triplov.com/miguel_garcia/mozamb/mozamb_03.htm), visto em 062200fev14.

<http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-6411->

1914&tit=Angola%20:%20Esbo%20E7o%20geografico%20das%20regi%20F5es%20atravessadas%20pelo%20caminho%20de%20ferro%20de%20Benguella, visto em 081500fev14.

## **Anexos**





**Fig. 2:** Mapa de Angola (Mossâmedes e Lubango)

**Fonte:** Roçadas, 1919



**Fig. 3:** Mapa de Angola (Zona do Humbe)

**Fonte:** Roçadas, 1919

**Anexo B – Carro *Boer* e Carro Alentejano**



**Fig. 4:** Carro *boer*

**Fonte:** <http://sandularte.blogspot.pt/2011/11/odisseia-de-uma-gente.html>



**Fig. 5:** Carro alentejano

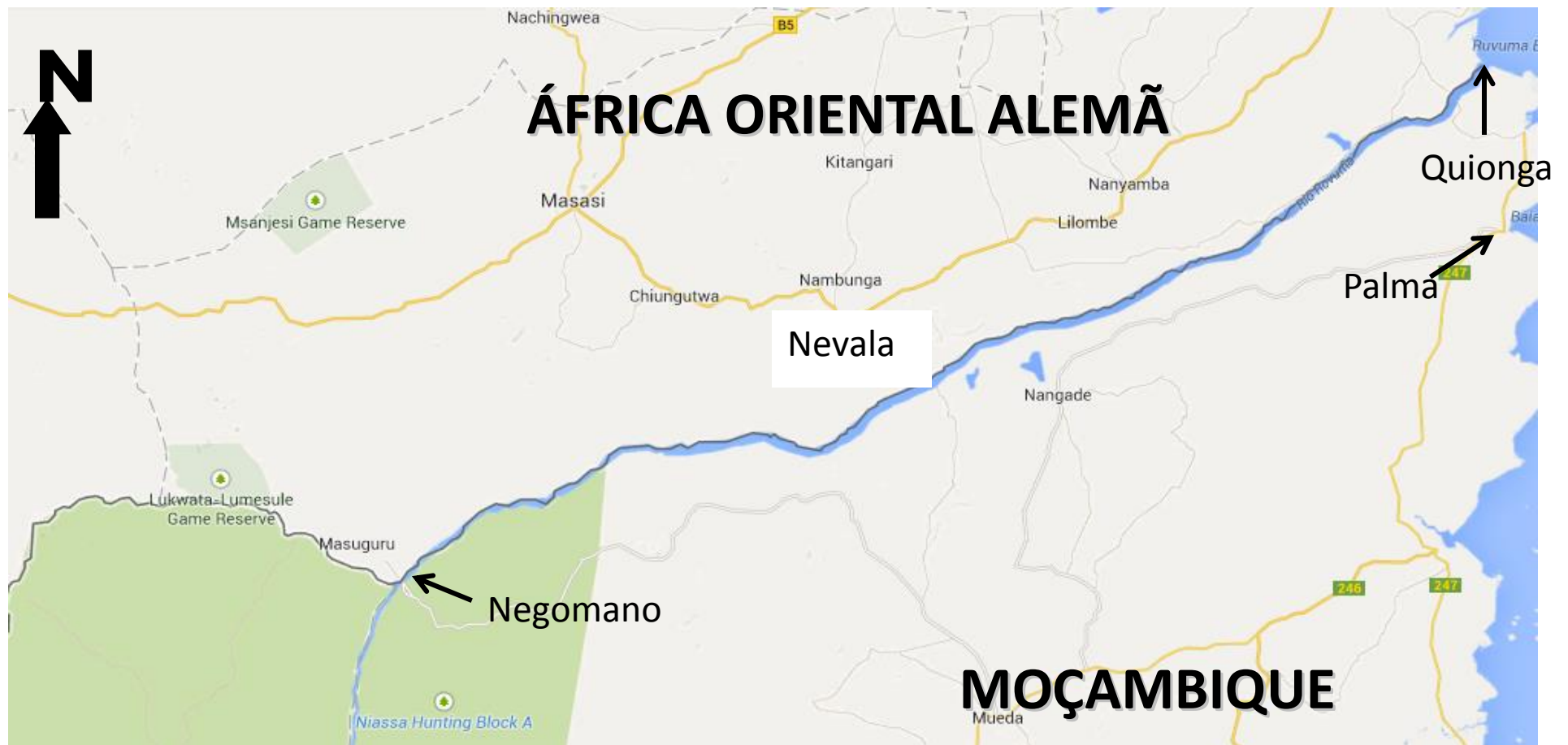
**Fonte:** Martins, 1938, p196

**Anexo C – Mapa de Moçambique**



**Fig. 6:** Mapa de Moçambique e do teatro de operações

**Fonte:** Google Maps, visto a 10jul2014



**Fig. 7:** Mapa de Norte de Moçambique

**Fonte:** Google Maps, visto a 10jul2014

Anexo D – Levantamento dos Géneros Necessários à 2ª Expedição

Géneros	Para trinta dias		Para oitenta dias	
	Quilogramas	Volumes	Quilogramas	Volumes
Arroz, acondicionado em sacos de 50 quilogramas . . . . .	30:000	720	96:000	1:920
Atum, latas, idem, idem . . . . .	6:000	240	16:000	640
Azeite . . . . .	12:000	480	32:000	1:280
Bacalhau, acondicionado em sacos de 50 quilogramas . . . . .	12:000	480	32:000	1:280
Banha . . . . .	4:800	96	12:800	256
Bolacha, acondicionada em sacos de 50 quilogramas . . . . .	108:000	2:160	288:000	5:760
Carne com legumes, idem, idem . . . . .	6:000	240	16:000	640
Cebola, em grades de 25 quilogramas . . . . .	3:600	1:144	9:600	384
Chouriço, em grades de 100 quilogramas . . . . .	43:200	432	115:200	1:152
Conserva de carne, em caixas de 25 quilogramas . . . . .	3:000	1:120	8:000	320
Farinha de trigo, em duas caixas de 25 quilogramas . . . . .	126:000	2:520	336:000	6:720
Feijão branco, em sacos de 50 quilogramas . . . . .	54:000	1:080	144:000	2:880
Feijão vermelho, idem, idem . . . . .	36:000	720	96:000	1:920
Feijão manteiga, idem, idem . . . . .	36:000	720	96:000	1:920
Feijão frade, idem, idem . . . . .	32:000	640	66:667	1:716
Fermento artificial, em caixas de 25 quilogramas . . . . .	252	10	672	27
Grão de bico, em sacos de 50 quilogramas . . . . .	36:000	720	96:000	1:920
Leite condensado, em caixas de 25 quilogramas . . . . .	2:400	96	6:400	256
Massas de 1.ª, em duas caixas de 25 quilogramas . . . . .	72:000	1:440	192:000	3:840
Pimento doce, idem, idem . . . . .	720	15	1:920	40
Sabão, idem, idem . . . . .	6:000	240	16:000	640
Sardinha, idem, idem . . . . .	6:000	240	16:000	640
Toucinho, idem, idem . . . . .	9:360	188	24:960	501
Vinagre, em barris . . . . .	14:400	252/25	38:400	672/25
Vinho, idem . . . . .	144:000	90/45 45/90 2:520/25 900/45 450/90	384:000	2:40/45 1:200/90
Tabaco holandês, caixas de 25 quilogramas . . . . .	5:400	216	14:000	576
Tabaco francês . . . . .	400	16	1:075	43
Fósforos, caixas . . . . .	180:000	180	480:000	480
Papel para fumar, carteiras . . . . .	180:000	18	480:000	48
Rancho confeccionados, caixas de 25 quilogramas . . . . .	5:150	206	13:775	551
Bróculos, idem, idem . . . . .	200	—	675	27
Cacau, idem, idem . . . . .	200	8	550	22
Chá preto, idem, idem . . . . .	10	1	25	1
Chá verde, idem, idem . . . . .	20	1	50	2
Chocolate em paus, idem, idem . . . . .	40	2	100	4
Farinha de feijão, duas caixas de 25 quilogramas . . . . .	400	8	1:050	21
Farinha de grão, idem, idem . . . . .	400	8	1:050	21
Fiambre, idem, idem . . . . .	50	1	120	3
Manteiga de vaca, em caixas de 25 quilogramas . . . . .	400	16	1:000	40
Massa de tomate, idem, idem . . . . .	100	4	200	10
Presunto, caixas com cinco presuntos . . . . .	150	6	200	16
Queijo da ilha em duas caixas de 25 quilogramas . . . . .	150	3	400	8
Tapicca em caixas de 25 quilogramas . . . . .	100	2	250	5
Velas, idem, idem . . . . .	2:500	100	6:600	264
Água de Sabroso, garrafas de 1 litro . . . . .	6:000	150	16:000	400

Géneros	Para trinta dias		Para oitenta dias	
	Quilogramas	Volumes	Quilogramas	Volumes
Água da Curia, idem, idem . . . . .	4:000	100	10:520	263
Água de Vidago, garrafas de 1/2 litro . . . . .	8:040	134	20:100	335
Fava, em sacos de 50 quilogramas . . . . .	360:000	7:200	960:000	19:200
Aveia, idem, idem . . . . .	360:000	7:200	960:000	19:200
Bêlo alimentar, em sacos de 50 quilogramas . . . . .	54:000	1:080	144:000	2:880

Nota. — O bacalhau pode ser substituído, em parte, por atum em salmoira, na razão de 1 quilograma de bacalhau por 2 de atum. O vinho deve ter 13 graus e ser pasteurizado.

Fig. 8: Nota dos géneros necessário à 2ª força expedicionária

Fonte: Eça, 1921, pp. 88-90

Anexo E – Exploração do Caminho-de-Ferro de Mossâmedes

ANE XO III

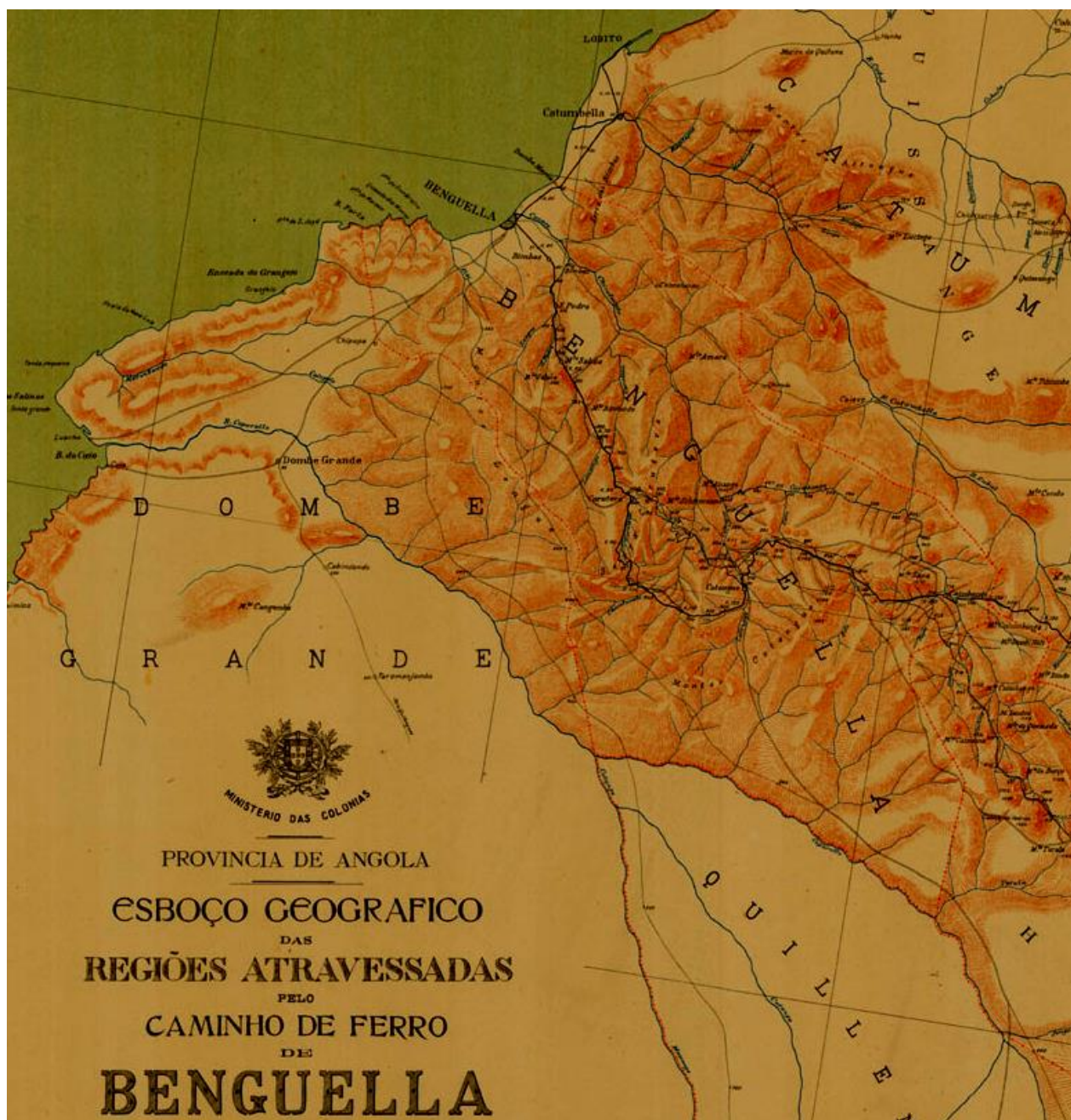
Mapa da carga útil, passageiros e solípedes transportados de Mossâmedes para Vila Arriaga nos meses de Outubro de 1914 a Abril de 1915

Meses	Número de combóios	Carga				Total	Solípedes	Passageiros					Média da carga transportada por dia
		Coluna	Particular	Construção	Total			1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	Total	
Outubro (a) . . . .	59	831:810	98:226	142:500	1:07:2536	110	91	125	2:029	47	2:292	34:597	
Novembro (a) . . . .	38	441:618	88:219	328:322	85:3159	106	39	51	217	21	328	28:605	
Dezembro (a) . . . .	27	295:365	111:339	151:900	55:8604	22	33	72	1:321	13	1:444	18:342	
Janeiro:													
De 1 a 8 (a) . . . .	6	111:085	16:153	56:190	183:428	-	9	12	87	60	168	22:928	
De 9 a 31 (b) . . . .	34	402:961	144:253	117:914	665:128	-	5	26	100	501	632	28:919	
Fevereiro (b) . . . .	46	495:357	106:950	207:946	810:433	26	77	41	816	712	1:646	28:979	
Março:													
De 1 a 13 (b) . . . .	24	230:260	11:420	72:000	313:680	76	43	67	1:643	23	1:776	24:129	
De 14 a 31 (a) . . . .	39	710:100	14:890	167:467	892:457	20	9	23	666	278	976	49:580	
Abril:													
De 1 a 18 (a) . . . .	38	405:578	101:377	69:643	576:598	9	40	46	438	1:297	1:821	32:033	
De 19 a 30 (c) . . . .	19	321:116	-	43:900	365:016	5	10	15	75	-	100	30:413	
Totais . . . .	330	4.425:430	692:827	1.352:782	6.296:039	374	361	478	7:392	2:952	11:133		

Fig. 9: Mapa de carga da utilização do caminho-de-ferro de Mossâmedes

Fonte: Eça, 1921, pp. 258-259

**Anexo F – Esboço Geográfico do caminho-de-ferro de Benguela**



**Fig. 10:** Esboço geográfico do caminho-de-ferro de Benguela

**Fonte:** [http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-6411-](http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-6411-1914&tit=Angola%20:%20Esbo%20geografico%20das%20regi%20atravessadas%20pelo%20caminho%20de%20ferro%20de%20Benguela)

[1914&tit=Angola%20:%20Esbo%20geografico%20das%20regi%20atravessadas%20pelo%20caminho%20de%20ferro%20de%20Benguela](http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-6411-1914&tit=Angola%20:%20Esbo%20geografico%20das%20regi%20atravessadas%20pelo%20caminho%20de%20ferro%20de%20Benguela)

Anexo G – Existência nos Diversos Depósitos

Forno de Cal	Litros ou quilogramas				Gêneros	Observações
	Gambos	Quililita	Chibria	Lobango		
-	142	540	10:016	197	Café . . . . .	
-	4:906	600	-	1:815	Açúcar . . . . .	
-	56:500	6:000	1:430	3:091	Fariaba . . . . .	
6:661	26:624	5:980	5:358	36:493	Legumes secos . . . . .	R. N.
2:350	21:131	6:000	1:341	10:913	Massa . . . . .	
6:363	2:681	2:000	4:506	19:717	Arroz . . . . .	
300	5:271	1:113	2:055	12:105	Touetolo . . . . .	
460	2:155	150	677	6:219	Azeite . . . . .	
-	1:584	-	2:087	5:096	Banha . . . . .	
545	18:783	467	1:308	6:450	Sal . . . . .	
609	12:160	-	1:727	1:678	Vinagre . . . . .	R. N.
18	43	45	183	53	Pimenta . . . . .	
-	-	-	5:822	8:151	Vinho . . . . .	
909	3:457	-	1:831	7:592	Chouriço . . . . .	
2:688	49:677	2:000	5:325	7:235	Bacalhau . . . . .	
12:000	59:608	-	83	20:501	Bolaeha . . . . .	
4:252	15:612	-	2:012	1:365	Conservas de carne ou peixe . . . . .	
6:000	19:586	-	103	-	Rancho confeccionado . . . . .	R. R.
-	-	-	-	-	R. R. M. Militar . . . . .	
1:500	1:199	-	-	-	Atum e sardinha . . . . .	
-	1:220	-	1:800	7:272	Forragens . . . . .	R. F.
-	23:200	1:000	-	769	Fuba e feijão . . . . .	
-	-	-	-	-	Arroz e milho . . . . .	
-	4:981	-	-	391	Peixe seco . . . . .	R. I.
-	-	-	-	-	Azeite de peixe . . . . .	
-	443	-	143	1:170	Tabaco . . . . .	
-	135	-	-	0:290	Tabaco francês . . . . .	
-	4:973	-	-	555	Tabaco holandês . . . . .	
-	127:441	-	-	-	Papel de fumar . . . . .	
-	21:279	-	-	2:419	Fósforos ex. . . . .	
2:000	15:466	-	534	2:937	Sabão . . . . .	
-	2:058	-	-	190	Aguardente . . . . .	Diver-
-	1:230	-	-	4:677	Carbureto . . . . .	sos
-	-	-	-	30	Fariaba Malseno . . . . .	
-	-	-	-	106	Fava . . . . .	
-	188	-	-	59	Taploca . . . . .	
-	804	-	-	-	Manteiga de vaca . . . . .	
-	6:387	-	-	-	Marmelada . . . . .	
24	2:433	-	-	-	Velas . . . . .	
-	1:092	-	-	-	Quitola . . . . .	

Fig. 11: Mapa da existência de materiais nos diversos depósitos a 24 de junho

Fonte: Eça, 1921, p.178

**Anexo H – Hospital de Campanha no Norte de Moçambique**



**Fig. 12:** Hospital de Campanha

**Fonte:** Marques, 2012, p.195

Anexo I – Correspondência referente aos serviços de saúde

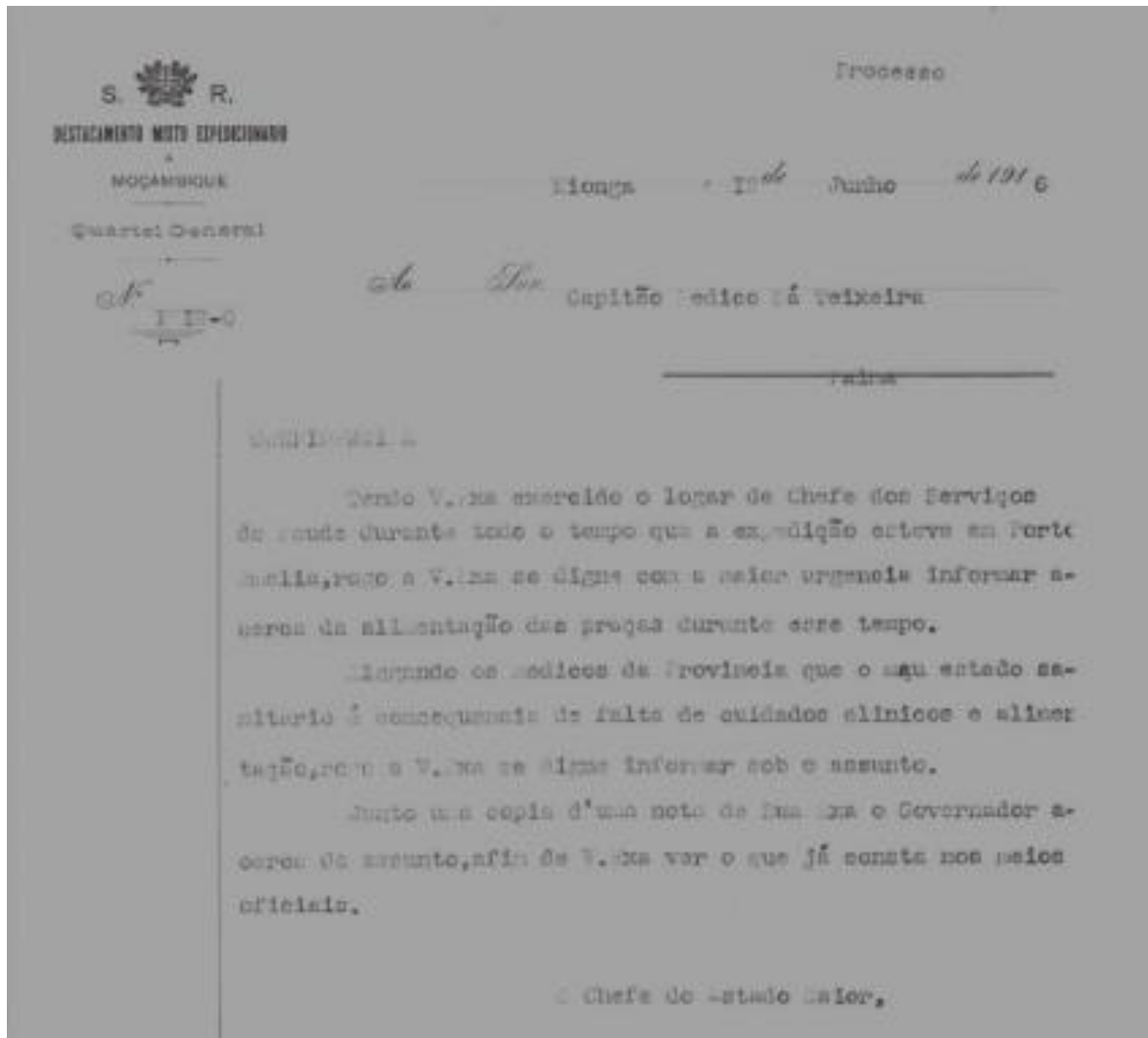


Fig. 13: Correspondência referente aos serviços de saúde

Fonte: AHM.2ªDin. 7ªSec. Cx3 Doc3. Correspondência aos serviços de Saúde

